



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2019

brasil.edp.com

Lucro Líquido R\$ 1,3 bilhão	EBITDA R\$ 2,9 bilhões	Ativo Total R\$ 27,5 bilhões	Receita Operacional Líquida R\$ 12,6 bilhões	Capacidade Instalada 2.871 MW	Energia Distribuída 25.591 GWH	Clientes Atendidos no Brasil 3,5 milhões
----------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------------	--------------------------------------------------------	-----------------------------------------	------------------------------------------	----------------------------------------------------





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Mensagem da Administração

O ano de 2019 marcou o culminar de uma trajetória de consolidação dos resultados da EDP em todos os segmentos de negócio. Ao longo da última década, a EDP Brasil transformou-se em uma empresa verdadeiramente integrada, com desempenho de referência em todos os segmentos da cadeia de valor do setor elétrico. No momento em que a visão do Grupo EDP aponta para "liderar a transição energética para criar valor superior", no ano de 2019 reforçamos o nosso posicionamento estratégico em todos os domínios fundamentais para esta transição. Os resultados deste ano são um corolário dessa estratégia bem-sucedida. O EBITDA atingiu R\$ 2,914 bilhões e o Lucro Líquido de R\$ 1,338 bilhão, representando resultados recorde da história de mais de 20 anos da EDP no Brasil. Este desempenho foi alcançado, em especial: (1) na melhoria operacional da Distribuição, com destaque para ambas as revisões tarifárias; (2) no reforço da estratégia de investimento na Transmissão, com excelência na execução; (3) na mitigação eficaz do risco energético, através da gestão integrada das geradoras com a comercializadora; (4) no alargamento da presença na área de serviços de energia, com destaque para a energia solar distribuída; (5) na liderança e compromisso em inovação e sustentabilidade.

Melhoria do desempenho da Distribuição, com destaque para ambas as revisões tarifárias

Em Distribuição, o ano foi marcado pelas revisões tarifárias em ambas as Distribuidoras - EDP SP e EDP ES. Fruto dos investimentos realizados no ciclo tarifário, na ordem de aproximadamente 2 vezes a quota de reintegração, foi possível registrar um aumento médio de 36% na Base de Remuneração Líquida das Distribuidoras, com uma glosa menor que 0,5% (valor de referência no setor) e um EBITDA regulatório superior em 30%. Este investimento, realizado em ambas as áreas de concessão, traduziu-se numa redução consistente das perdas não-técnicas para níveis alinhados com as perdas regulatórias, bem como em uma melhoria generalizada nos indicadores de serviço técnico e comercial.

Reforço da estratégia de investimento na Transmissão, com excelência na execução

Em Transmissão, reforçamos nossa estratégia com a aquisição do Lote Q, localizado entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, demonstrando o empenho da Companhia em atuar nesse novo segmento com escala e retornos acima da média do mercado. Ao todo são 6 lotes com 1.441 km de linha, dos quais 187 km já estão em operação com antecipação de 20 meses. Essa antecipação refere-se ao lote 24, localizado no Espírito Santo, e da entrada parcial do lote 11, localizado no Maranhão. Os demais lotes também seguem com o cronograma antecipado. O CAPEX realizado em 2019 neste segmento ascendeu a R\$ 1,9 bilhão, representando, em termos acumulados, mais do que 50% de implantação dos 6 projetos em curso.

Mitigação eficaz do risco energético através da gestão integrada das Geradoras e Comercializadora

O cenário hidrológico persistiu abaixo dos registros históricos médios, impactando diretamente as usinas, que ficaram expostas a uma *Generation Scaling Factor* (GSF) de 80,9%. O baixo percentual fez com que a Companhia se posicionasse de forma a proteger o portfólio de energia. As Geradoras da EDP Brasil, em conjunto com a Comercializadora, mantiveram ao longo do ano cerca de 20% da energia descontratada para *"hedging"*, o que permitiu mitigar plenamente o risco energético no ano. Adicionalmente, a Comercializadora registrou novamente resultados diferenciados, com EBITDA de R\$ 97 milhões, demonstrando o compromisso de entrega de resultados recorrentes neste segmento.

Alargamento da presença na área de Serviços de Energia, com destaque para a energia solar distribuída

Alinhada com a visão mundial do Grupo EDP, a EDP Brasil segue dando passos relevantes na transição energética do setor elétrico brasileiro, posicionando-se como um dos líderes desse movimento. É neste contexto que lançamos este ano a EDP Smart, a nossa oferta que reúne todo o portfólio de serviços para clientes empresariais e residenciais, trazendo soluções integradas nas áreas de Comercialização no Mercado Livre, Comercialização Varejista, Eficiência Energética, Energia Solar, Mobilidade Elétrica e Serviços para o Consumidor Final. Assume destaque primordial a nossa atuação no dinâmico mercado de energia solar distribuída e auto-geração. A EDP fechou o ano 2019 com 24 MWp instalados e um portfólio de outros 22 MWp já contratados.

Liderança e compromisso em inovação e sustentabilidade

Para nós, a inovação e sustentabilidade, que costumamos designar por "inovabilidade", são pilares fundamentais da nossa estratégia. Com plena consciência do processo de transição energética em curso, colocamos grande ênfase no investimento que fazemos em inovação. Quer seja investindo no ecossistema de inovação, através da nossa aceleradora - EDP Starter - ou do nosso corporato venture capital - EDP Ventures -, quer seja no programa de digitalização e robotização de processos ou nos projetos de pesquisa e desenvolvimento. Nesse âmbito, destacamos o resultado da Chamada Pública da ANEEL para

¹ Fator que afere a razão entre a energia produzida pelo conjunto dos geradores do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a soma de suas garantias físicas

Mobilidade Elétrica, no qual a EDP conseguiu aprovar os seus três projetos, com um investimento de R\$ 50 milhões, que representa mais de 10% do total aprovado para todo o setor.

No que toca à sustentabilidade, registramos com satisfação que pelo 14º ano consecutivo estamos presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e também fomos apontados como a Melhor Empresa do Brasil em Transparência e Combate à Corrupção, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade. Estes são apenas dois dos inúmeros destaques que obtivemos no campo da sustentabilidade, reforçando a nossa liderança nesta área e reforçando nosso compromisso com os Princípios do Pacto Global.

No último ciclo, atualizamos nossos compromissos de sustentabilidade com a proposição global de novas metas para o período 2019-2022, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). E assumimos, também, no nível do Grupo EDP, o compromisso da ONU de reduzir emissões para garantir que o aquecimento global não exceda 1,5°C, por meio da subscrição do *Business Ambition for 1.5°C - Our Only Future*.

Terminamos 2019 em boa forma. Entregando o crescimento comprometido, melhorando a qualidade de nossas operações, gerindo os riscos de forma rigorosa e investindo, com liderança, nos diferenciais para o futuro. Tudo o que realizamos nesse ano só foi possível por três motivos fundamentais dos quais nos orgulhamos e que nos dão solidez, competitividade e ambição: (1) cultura forte; (2) balanço saudável e (3) relações de confiança.

Cultura forte

Os últimos anos têm sido no trabalho de fortalecimento da nossa cultura, que se tem refletido em níveis crescentes de engajamento dos nossos colaboradores. Fizemo-lo através do projeto Cultura EDP, envolvendo os mais de 3.000 colaboradores EDP e os nossos parceiros de negócio. Fizemo-lo porque sentimos a necessidade de vivenciarmos um tronco comum de valores e princípios orientadores em toda a nossa Organização, espalhada pelo Brasil. Como símbolo da Cultura EDP, destacamos o nosso primeiro princípio orientador - a segurança, que invocamos dizendo "a vida sempre em primeiro lugar". No ano 2019, consolidamos a nossa atuação neste domínio, trabalhando para o objetivo de "zero acidente", tanto com colaboradores quanto com prestadores de serviço. Registramos com satisfação que não tivemos acidentes fatais com colaboradores EDP. No entanto, lamentamos profundamente a ocorrência de uma fatalidade com um parceiro de negócio na instalação de uma central. Essa fatalidade reafirma a necessidade de mantermos o foco no primeiro princípio da Cultura EDP, e de continuar investindo no aprimoramento dos nossos programas de prevenção de acidentes.

Balanço saudável

Ao longo de 2019, foram captados mais de R\$ 2,3 bilhões de reais, com destaque para a estruturação de financiamento dos lotes de transmissão. No lote 18, realizamos uma emissão a mercado de R\$ 800 milhões, com prazo de 20 anos, a um custo de IPCA+4,45%, e, nos lotes do Maranhão, concluímos a contratação junto do BNB (Banco do Nordeste do Brasil). A nossa estratégia inovadora de financiamento da transmissão junto do mercado de capitais foi reconhecida em 2019 através do Prêmio *International Latin Finance* na Categoria *Local Currency Financing*, premiando a emissão do lote 21 no final de 2018. Terminamos o ano com um endividamento sobre o resultado operacional inferior a 2 vezes, o que é um sinal claro da nossa saúde financeira. Como resultado desta solidez financeira teremos condições para distribuir um dividendo de R\$ 1,00 por ação, que representa um aumento de 27% face a 2018, com uma Dividend Yield de 4,5% e um *payout ratio* de 67%.

Relações de confiança

O relacionamento de confiança com todos os nossos *stakeholders* constitui um ativo inestimável da EDP Brasil. Aos nossos mais de 3 mil colaboradores, devemos a energia e a dedicação incansáveis, 24h sobre 24h, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Eles fazem a EDP acontecer com excelência e qualidade. Os nossos parceiros de negócio também nos acompanham neste designio. Com profissionalismo e com entrega total. Aos nossos clientes, devemos a fidelidade e a relação duradoura. Aos nossos acionistas, que continuaram a depositar confiança em nós, devemos o tempo e recursos que investem na EDP. A todos estes e a outros *stakeholders*, deixamos aqui o nosso sincero e mais profundo agradecimento.

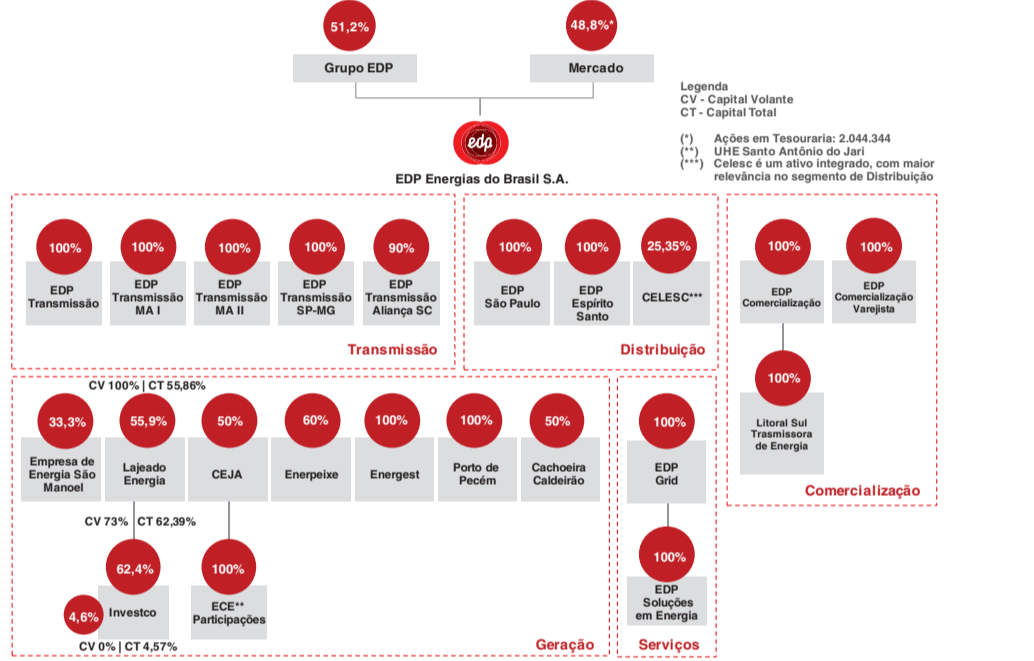
Confiança no futuro

2019 foi um ano importante para a consolidação dos resultados apresentados e pelos avanços estratégicos que conseguimos nas várias áreas da nossa atividade. Terminamos o ano mais fortes, mais competitivos, mais inovadores e sustentáveis. Terminamos novamente este ano com confiança no futuro. Em 2020, iniciamos uma nova era para a EDP no Brasil, com novos desafios e com novas ambições. Continuaremos a "usar a nossa energia para cuidar sempre melhor" e para seguir sendo merecedores da vossa confiança.

Antônio Mexia e Miguel Setas

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANIGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil ("EDP" ou "Companhia"), controlada pela EDP Portugal, uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma *holding* que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Comercialização, Transmissão e Serviços de Energia Elétrica. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas e Usina Termelétrica) nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá, totalizando 2,9 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir 25,35% do capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Comercialização, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. Em Transmissão, a Companhia possui seis projetos, totalizando 1.441 km de extensão e seis subestações - sendo 187 km em operação e 1.254 km em construção. No segmento de Serviços, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.



1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 09 de agosto, a EDP concluiu a aquisição de 100% das quotas da Litoral Sul Transmissora LTDA da CEE Power e da BRAFER, lote Q da 1ª etapa do leilão de transmissão 13/2015. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha, divididas em 2 trechos. Em 02 de dezembro, a EDP adquiriu 691.700 ações preferenciais adicionais da Celesc ao preço médio de R\$ 41,15, totalizando R\$ 28,5 milhões transacionado. A Companhia passou a deter 4.637.520 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias.

2. IMPACTOS ECONÔMICOS E HIDROLÓGICOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Apesar da instabilidade no âmbito econômico e político, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 1,0%, nos nove primeiros meses do ano. Destacaram-se, na ótica da oferta, os setores agropecuário (+1,4%) e de serviços (+1,1%), enquanto no âmbito da demanda, sobressaíram-se a Formação Bruta de Capital Fixo e a Despesa de Consumo das Famílias, com incrementos de 3,1% e 1,8%, respectivamente. Em 2019, a produção industrial recuou 1,1%, influenciada pelas incertezas na economia, pela crise econômica argentina e pela tragédia ocorrida em Brumadinho-MG no início do ano, afetando fortemente o extrativismo mineral. Entre as atividades, a indústria extrativista (-9,7%) exerceu a maior influência negativa sobre o indicador (destaque para o minério de ferro), acompanhado pelas categorias celulose, papel e produtos de papel (-3,9%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,1%), além da metalurgia (-2,9%). Em contrapartida, a atividade varejista apresentou recuperação, tendo o volume de vendas do comércio varejista ampliado aumentado 3,9% no ano. Esse crescimento foi impulsionado por: i) redução dos juros, que atingiu seu menor patamar histórico (4,5% a.a.); ii) baixos níveis de inflação (4,31%, próximo à meta anual de 4,25%); e iii) expansão das condições de crédito. No ano, a demanda do consumidor por crédito apresentou sua maior variação desde 2010, com incremento de 12,4%. Este ambiente também influenciou o mercado de trabalho, cujo saldo de postos de trabalho formais avançou 1,68% (+644,1 mil) no ano. O setor de serviços foi responsável pela maior contribuição positiva, com a criação de 382.525 vagas de emprego formal. O ano também foi marcado por desafios no cenário hidrológico, com o início do período úmido desfavorável para o Submercado Sudeste (SE/CO), devido ao índice pluviométrico abaixo do esperado. Com a lenta retomada das vazões, a recuperação dos reservatórios ficou comprometida, encerrando o mês de abril - final do período úmido - com 45% de Energia Armazenada (EARM), 1% acima do observado no mesmo período de 2018. Apesar de intervalos que demonstraram melhoria nas chuvas, o Sudeste (SE/CO) fechou o ano com 80% da Média de Longo Termo (MLT) da Energia Natural Afetuente (ENA) acumulada e 19,9% de Energia Armazenada (EARM). No Nordeste, a ENA manteve-se abaixo da média, encerrando o ano com 41% da MLT e 37,7% de EARM. Este cenário influenciou o PLD médio do ano de R\$ 227,1/MWh para o SE/CO. O GSF médio foi de 80,9%, chegando a atingir a mínima de 48,8% no mês de agosto.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1 Alterações Regulatórias

Os principais temas que permearam os debates regulatórios ao longo do ano foram i) a expectativa de uma solução para o GSF; ii) PLD Horário; iii) a nova metodologia para o cálculo do WACC regulatório; iv) subsídios dados à Geração Distribuída; entre outros. Rumo a uma conclusão para o desativamento do mercado de curto prazo através da solução dos passivos do GSF, o projeto de lei que trata do ressarcimento do risco hidrológico foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de junho, seguindo para a votação em Senado, onde permanece tramitando. Em relação às discussões sobre os preços horários para o mercado de curto prazo, a sua implementação foi adiada para 2021. Em 2020, ficou definida a operação com despacho semi-horário, sem a sua efetiva utilização para o processo de formação de preço. A Consulta Pública referente à mudança na metodologia de cálculo e atualização do WACC Regulatório das distribuidoras foi aberta entre outubro e dezembro, após a Aneel anunciar números preliminares para os três segmentos (6,81% para Geração e Transmissão e 7,17% para a Distribuição). Entre outras alterações, a proposta deve priorizar parâmetros nacionais, bem como apresentar maior simplificação, embora possa reduzir a estabilidade regulatória devido à sua atualização anual. A resolução deve ser homologada até março de 2020. Os incentivos dados à Geração Distribuída foram outro tema regulatório de grande destaque. A ANEEL abriu uma Audiência Pública buscando obter subsídios para a análise do impacto regulatório das regras para a micro e minigeração, e o assunto avançou em outubro para uma Consulta Pública, com propostas para o fim gradual dos subsídios. O tema ainda não foi encerrado e continuará sendo discutido ao longo de 2020. Dando continuidade ao processo de abertura do mercado livre para consumidores a partir de 2.000 kW iniciado em 2018, foi estabelecido um cronograma de ampliação progressiva do acesso para agentes com consumo até 500 kW - sendo 1.500 kW a partir de 2021, 1.000 kW a partir de 2022 e 500 kW a partir de 2023. Novos estudos para avaliar a abertura do mercado aos consumidores abaixo de 500 kW a partir de 2024 deverão ser apresentados até 31 de janeiro 2022. Entre as mudanças implementadas ao longo do ano, a revisão do mecanismo de acionamento das Bandeiras Tarifárias foi um destaque na distribuição, agora com o gatilho baseado no GSF calculado com a Garantia Física Flat - reduzindo a sazonalidade da garantia física na composição da arrecadação da conta bandeira. O novo mecanismo de acionamento faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos. Houve também aumento da arrecadação em caso de acionamento, passando a adicionar R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos na bandeira amarela e, para a bandeira vermelha, +R\$ 4,169 no patamar 1 e +R\$ 6,243 no patamar 2.

3.2 Revisões Tarifárias Periódicas

Em 2019, as distribuidoras da EDP passaram pelo processo de Revisão Tarifária Periódica, sendo a EDP Espírito Santo em 07 de agosto e a EDP São Paulo em 23 de outubro. O processo de Revisão, que ocorre a cada quatro anos para a EDP SP e a cada três anos para a EDP ES, é o momento em que a ANEEL revisa todos os componentes tarifários a fim de garantir a eficiência da Companhia junto ao consumidor. As revisões foram um processo muito importante para a EDP no qual foi possível demonstrar a possibilidade de gerar ganhos para o consumidor final através da redução das tarifas e, paralelamente, remunerar a Concessionária pelas melhorias e investimentos realizados no período. Em relação à Remuneração Regulatória, destacam-se os avanços significativos ocorridos na Base de Remuneração Bruta e Líquida, em função do reconhecimento dos investimentos realizados no período, que tiveram glosas abaixo de 0,5% e possibilitaram uma relação entre o valor contábil investido e o valor novo de reposição (VNR) em torno de 17,5% (EDP SP 19,3% e EDP ES 15,7%). Ao longo do ciclo, a Companhia realizou investimentos que totalizaram R\$ 1,8 bilhão, representando cerca de 2x a Quota de Reintegração Regulatória, nível acima do observado no ciclo anterior. Esse resultado possibilitou registrar um ganho no ativo financeiro indenizável de R\$ 221,4 milhões (EDP SP R\$ 99,3 milhões e EDP ES R\$ 122,1 milhões).

Para que estes resultados pudessem ser concretizados, as distribuidoras iniciaram o planejamento de suas atividades no início do ciclo focadas em 3 processos: (i) contratação de consultoria especializada para avaliação patrimonial dos ativos com larga experiência em fiscalização; (ii) contratação de parceiro de negócio para simulação do processo de elaboração da Base de Remuneração, bem como treinamento para as equipes do negócio; e (iv) adoção de KPI's para aferir resultados em cada uma das áreas envolvidas no processo. Os resultados obtidos proporcionaram incremento do EBITDA Regulatório em 30,7% (EDP SP 35,7% e EDP ES 26,2%) e de 20,1% na Parcela B (EDP SP 24,8% e EDP ES 15,7%), o que possibilitará crescimento dos resultados das distribuidoras no ciclo iniciado (2019-2023).

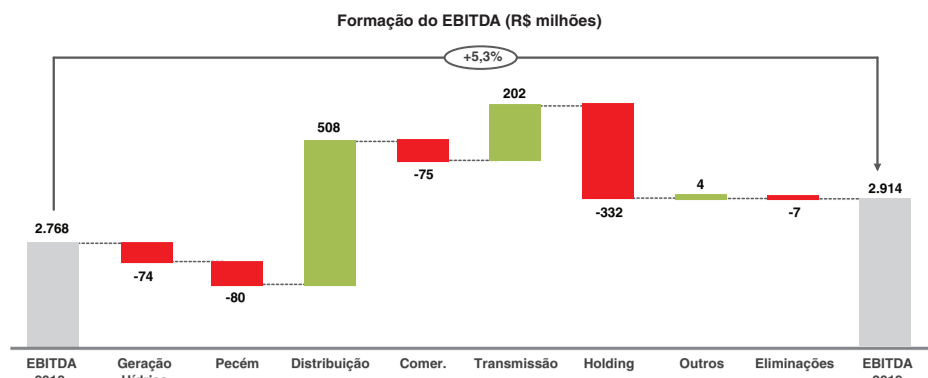
Itens em R\$ mil ou %	Revisão Tarifária	
	EDP SP	EDP ES
Perdas Técnicas	4,06%	7,06%
Perdas NT-BT	8,57%	10,74%
Parcela B (R\$ milhões)	987	979
EBITDA Regulatório (R\$ milhões)	475	492
BRR Bruta (R\$ milhões)	4280	4198
BRR Líquida (R\$ milhões)	2423	2581
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor	-5,33%	-4,84%

4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica		Geração Térmica		Distribuição		Comerc. + Var.		Transmissão		Holding		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Receita Líquida¹	1.676.053	1.983.919	7.591.529	3.895.943	163.956	1.942.913	4.634	65.848	(2.825.046)	12.556.836								
Receita de Construção	-	-	646.934	-	1.942.913	-	-	-	-	2.589.847								
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	81.653	-	-	-	-	81.653								
Gastos Não-Generáveis	(816.650)	(1.364.522)	(5.337.867)	(3.777.226)	-	-	-	(7.990)	2.824.750	(8.479.505)								
Margem Bruta	859.403	619.397	2.253.662	118.717	245.609	4.634	57.858	(296)	4.158.984									
Gastos Gerenciáveis	(212.805)	(294.476)	(1.784.104)	(22.706)	(1.956.371)	(86.534)	(51.902)	(47.621)	(4.456.519)									
PMO	(79.462)	(102.723)	(820.736)	(21.277)	(13.238)	(66.755)	(47.486)	296	(1.151.381)									
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(1.743)	(1.223)	(82.041)	(8)	(2.417)	27	(6.043)	(93.448)										
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
EBITDA	778.198	515.451	1.350.885	97.432	232.371	(64.538)	10.399	(6.043)	2.914.155									
Depreciação e Amortização	(131.600)	(190.530)	(234.393)	(1.421)	1	(17.362)	(4.443)	(42.095)	(621.843)									
Resultado das Participações Societárias	45.660	-	-	(6.737)	-	1.446.997	-	(1.417.772)	68.148									
Resultado Financeiro Líquido	(131.549)	(95.488)	(160.476)	3.236	(17.081)	(26.123)	(5.699)	-	(433.180)									
IR e Contribuição Social	(94.730)	(42.695)	(217.654)	(30.944)	(72.944)	(1.118)	(2.530)	17.790	(444.825)									
Lucro Líquido Antes de Minoritários	465.979	186.738	738.362	61.566	142.126	1.337.856	(2.273)	(1.447.899)	1.482.455									
Participações de Minoritários	(141.808)	-	-	-	(2.791)	-	-	-	(144.599)									
Lucro Líquido do Exercício	324.171	186.738	738.362	61.566	139.335	1.337.856	(2.273)	(1.447.899)	1.337.856									

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica		Geração Térmica		Distribuição		Comerc. + Var.		Transmissão		Holding		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Receita Líquida¹	1.304.519	1.760.102	6.926.371	4.000.174	20.371	5.148	82.870	(1.252.701)	12.846.854									
Receita de Construção	-	-	654.529	-	316.101	-	-	-	970.630									
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	16.736	-	-	-	16.736									
Gastos Não-Generáveis	(345.763)	(1.034.685)	(5.093.303)	(3.810.350)	-	-	(9.135)	1.251.140	(9.042.096)									
Margem Bruta	958.756	725.417	1.833.068	189.824	37.107	5.148	73.735	(1.561)	3.821.494									
Gastos Gerenciáveis	(268.105)	(293.018)	(1.848.790)	(18.067)	(322.992)	(142.944)	(71.871)	(40.688)	(3.006.475)									
PMO	(104.040)	(126.210)	(901.761)	(17.366)	(6.891)	(112.675)	(67.34											

4.4 EBITDA



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01, IFRIC12

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2019	2018	Var
EBITDA	2.914.155	2.768.014	5,3%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(292.655)	(58.434)	400,8%
EBITDA Transmissão (IFRS)	(232.371)	(30.216)	669,0%
RAP Transmissão (IFRS)	26.709	-	n.d.
Mais-Valia Costa Rica+PCH's+Santa Fé	(14.527)	(374.655)	n.d.
EBITDA Venda Costa Rica+ PCH's+Santa Fé	-	(101.329)	n.d.
Ressarcimento FID	-	(106.546)	n.d.
Laudo Atuarial	(137.173)	-	n.d.
EBITDA Ajustado	2.264.138	2.096.834	8,0%
Resultado das Participações Societárias	68.148	2.974	n.d.
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	2.982.303	2.770.988	7,6%

O EBITDA ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi R\$ 2,3 bilhões. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA ajustado pelo resultado das participações societárias foi de R\$ 3,0 bilhões.

4.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2019	2018	Var
Receita Financeira	758.416	459.870	64,9%
Juros e variações monetárias	850.481	391.134	117,4%
Uso do Bem Público	-	1.896	-100,0%
Operações de swap e hedge	16.579	30.573	n.d.
Ganho com aquisição de investimento	7.757	78.880	n.d.
Variações em moeda estrangeira	617	-	n.d.
Ajustes a Valor Presente	2.679	5.457	-50,9%
(-) Juros capitalizados	(63.723)	(14.691)	333,8%
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(60.989)	(45.782)	33,2%
Outras Receitas Financeiras	5.015	12.403	-59,6%
Despesa Financeira	(1.191.596)	(826.195)	44,2%
Encargos de Dívidas	(530.407)	(567.725)	-6,6%
Juros e variações monetárias	(623.659)	(213.510)	192,1%
Variações em moeda estrangeira	(6.768)	(1.462)	n.d.
Operações de swap e hedge	-	(313)	n.d.
Ajustes a Valor Presente	(732)	(4.451)	-83,6%
(-) Juros capitalizados	786	180	n.d.
Outras Despesas Financeiras	(30.816)	(38.914)	-20,8%
Total	(433.180)	(366.325)	18,3%

A Receita Financeira apresentou aumento de 64,9%, em decorrência de:

- (i) Aumento na rubrica de juros e variações monetárias, decorrente do aumento de juros e multas sobre tributos, advindo da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS nas distribuidoras, além do aumento na rubrica de renda de aplicações financeiras, decorrente do aumento do saldo de caixa ao longo do ano;
- (ii) Redução de juros capitalizados, reflexo da capitalização da renda de aplicações financeiras obtidas com o funding das linhas de transmissão; e
- (iii) Redução na linha de ganho de aquisição com investimento, em decorrência da compra vantajosa da participação adicional na Celesc, contabilizada em 2018.

A Despesa Financeira apresentou aumento de 44,2%, em decorrência de:

- (i) Aumento na rubrica de juros e variações monetárias, em função da linha de ativos/passivos financeiros setoriais, decorrente do reconhecimento da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; e
- (ii) Aumento na linha de GSF, refletindo a atualização monetária sobre o saldo do passivo. A variação entre os períodos reflete mudança de cálculo ocorrida em 2018, uma vez que, naquele momento, o montante de GSF contemplava a aplicação de juros de 1% a.m. acrescido de atualização monetária calculada pelo IGP-M. A partir de julho de 2018, a Companhia, por meio de parecer jurídico, concluiu pela não incidência de juros de 1%, revertendo o montante de juros calculado até aquela data e, por consequência, não mais provisionando os referidos juros no exercício de 2019.

Excluindo o impacto do juros e multas sobre tributos, advindo da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS nas distribuidoras, a receita financeira reduziu 24,9% e a despesa financeira, 5,8%.

4.6 Lucro Líquido

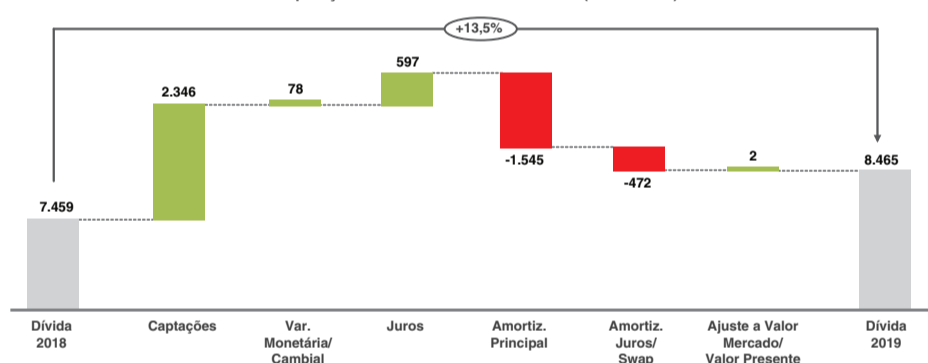
O Lucro Líquido foi de R\$ 1.337,9 milhões, aumento de 5,1%. Ajustado pelos efeitos citados no EBITDA, o Lucro Líquido foi de R\$ 903,7 milhões, aumento de 16,2%.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2019	2018	Var
Lucro	1.337.856	1.272.833	5,1%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(193.152)	(38.566)	400,8%
EBITDA Transmissão (IFRS)	(153.365)	(19.943)	669,0%
RAP Transmissão (em operação)	17.628	-	n.d.
Mais-Valia Costa Rica+PCH's+Santa Fé	(9.588)	(247.272)	-96,1%
EBITDA Venda Costa Rica+ PCH's+Santa Fé	-	(66.877)	n.d.
Ressarcimento FID	-	(70.320)	n.d.
Laudo Atuarial	(90.534)	-	n.d.
Ganho de aquisição Celesc	(5.120)	(52.061)	-90,2%
Lucro Líquido Ajustado	903.725	777.793	16,2%

4.7 Endividamento

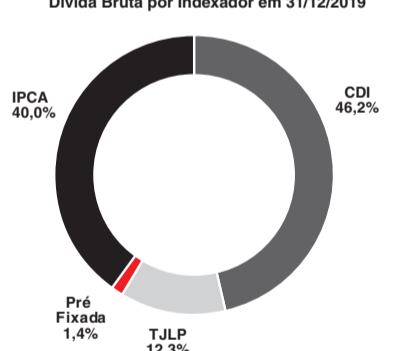
A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 8,5 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão.

Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)



Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

Dívida Bruta por Indexador em 31/12/2019



O custo médio da dívida no ano foi de 8,4% a.a., em comparação aos 8,6% a.a. do final de 2018, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo da redução do CDI e da TJLP, minimizado pelo aumento do IPCA. O prazo médio da dívida atingiu 4,1 anos. Considerando as dívidas das empresas em que a Companhia detém participação (Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel), o prazo médio seria de 4,6 anos e o custo médio de 8,4% a.a.

A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 1,9 vez e de 2,2 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel.

Excluindo os efeitos não recorrentes dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA seria de 2,5 vezes.

4.8 Ratings

	Moody's		S&P		Fitch	
	Nacional	Global	Nacional	Global	Nacional	Global
EDP Energias do Brasil	Aa2.br	Ba2	-	-	AAA(bra)	-
EDP São Paulo	-	Estável	-	Estável	-	-
EDP Espírito Santo	-	Estável	brAAA	BB-	-	-
Lajeado Energia	-	Estável	-	-	-	-
Energest	-	Estável	-	-	-	-

4.9 Variação do Imobilizado

O investimento realizado foi de R\$ 2,8 bilhões, resultante do avanço das obras de Transmissão.

Total	Variação do Imobilizado (R\$ mil)		
	2019	2018	Var
Distribuição	646.934	654.529	-1,2%
EDP São Paulo	328.973	318.683	3,2%
EDP Espírito Santo	317.961	335.846	-5,3%
Geração	79.711	124.030	-35,7%
Enerpeixe	4.652	7.226	-35,6%
Energest	5.112	1.971	159,4%
EDP PCH	-	7.742	-100,0%
Lajeado / Investco	20.869	7.925	163,3%
Pecém	49.078	98.715	-50,3%
Costa Rica	-	44	-100,0%
Transmissão	1.942.913	316.101	514,6%
Outros	148.655	37.576	295,6%
Total	2.818.213	1.132.236	148,9%

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 646,9 milhões², redução de 1,2%, em função do ajuste no cronograma de execução das obras de expansão e melhoramento da rede, com foco na melhoria dos indicadores operacionais, bem como da programação de investimentos entre ciclos tarifários.

Na Geração, a redução de 35,7%, reflete as manutenções ocorridas em 2018 em Pecém, quando ocorreram as *major overhauls*.

Na Transmissão, o investimento de R\$ 1,9 bilhão demonstra o avanço das obras, conforme cronogramas de antecipações. Nos outros segmentos (Holding, Serviços e Grid), destacam-se os investimentos em novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

Considerando o investimento de acordo com a participação da Companhia nos projetos de geração hídrica em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 2,8 bilhões.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)	Consolidado		
	2019	2018	Var
Distribuição	646.934	654.529	-1,2%
Geração	89.521	200.677	-55,4%
Geração outros	79.711	124.030	-35,7%
UHE Santo Antonio do Jari ¹	1.123	1.089	3,1%
UHE Cachoeira Caldeirão ¹	2.459	2.761	-11,0%
UHE São Manoel ²	6.228	72.797	-91,4%
Transmissão	1.942.913	316.101	514,6%
Outros	148.655	37.576	295,6%
Total	2.828.023	1.208.883	133,9%

¹ Considera participação de 50%; ² Considera participação de 33,3%.

² Líquido de obrigações especiais e receitas de ultrapassagem.

5. ÁREAS DE NEGÓCIOS

5.1 Distribuição

	EDP Distribuição					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2019	2018	Var	2019	2018	Var
Residencial	6.317.972	6.049.014	4,4%	3.010.399	2.943.635	2,3%
Industrial	11.238.347	11.351.659	-1,0%	24.586	24.628	-0,2%
Livre	9.519.835	9.461.353	0,6%	537	454	18,3%
Cativo	1.718.512	1.890.306	-9,1%	24.049	24.174	-0,5%
Comercial	4.310.777	4.167.846	3,4%	261.144	253.611	3,0%
Livre	993.603	968.281	2,6%	484	373	29,8%
Cativo	3.317.173	3.199.565	3,7%	260.660	253.238	2,9%
Rural	1.005.076	870.476	15,5%	199.886	201.472	-0,8%
Outros	2.116.034	2.018.888	4,8%	28.444	27.665	2,8%
Livre	317.929	245.775	29,4%	11	6	83,3%
Cativo	1.798.105	1.773.112	1,4%	28.433	27.659	2,8%
Concessionárias/Geradores	558.069	497.636	12,1%	-	-	-
Permissãoárias	45.218	52.019	-13,1%	-	-	-
Total Energia Distribuída	25.591.493	25.007.539	2,3%	3.524.459	3.451.011	2,1%
Total Livre	11.389.437	11.773.045	1,9%	1.032	833	23,9%
Total Cativo	14.202.056	13.834.494	2,7%	3.523.427	3.450.178	2,1%

	EDP São Paulo					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2019	2018	Var	2019	2018	Var
Residencial	3.836.965	3.747.802	2,4%	1.770.287	1.722.917	2,7%
Industrial	7.257.126	7.344.691	-1,2%	13.517	13.344	1,3%
Livre	6.075.856	6.049.179	0,4%	356	303	17,5%
Cativo	1.181.270	2.295.513	-8,8%	13.161	13.041	0,9%
Comercial	2.631.130	2.494.812	5,5%	133.094	128.604	3,5%
Livre	650.541	576.104	12,9%	266	201	32,3%
Cativo	1.980.589	1.918.708	3,2%	132.828	128.403	3,4%
Rural	79.381	81.684	-2,8%	4.912	7.915	-37,9%
Outros	1.225.622	1.142.310	7,3%	14.441	13.903	3,9%
Livre	317.929	245.775	29,4%	11	6	83,3%
Cativo	907.693	896.535	1,2%	14.430	13.897	3,8%
Concessionárias/Geradores	353.973	329.743	7,3%	-	-	-
Permissãoárias	45.218	52.019	-13,1%	-	-	-
Total Energia Distribuída	15.429.414	15.193.061	1,6%	1.936.251	1.886.663	2,6%
Total Livre	7.398.300	7.200.801	2,7%	633	510	24,1%
Total Cativo	8.031.115	7.992.261	0,5%	1.935.618	1.886.173	2,6%

	EDP Espírito Santo					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2019	2018	Var	2019	2018	Var
Residencial	2.481.008	2.301.212	7,8%	1.240.112	1.220.718	1,6%
Industrial	3.981.221	4.006.968	-0,6%	11.069	11.284	-1,9%
Livre	3.443.979	3.412.174	0,9%	181	151	19,9%
Cativo	537.242	594.794	-9,7%	10.888	11.133	-2,2%
Comercial	1.679.646	1.673.034	0,4%	128.050	125.007	2,4%
Livre	343.0					

5.3 Transmissão

A EDP possui seis projetos de transmissão totalizando 1.441 km de linhas e 6 subestações, dos quais 187 Km já estão em operação, com antecipação de 20 meses (Lote 24, localizado no Espírito Santo, e parcialmente o Lote 11, localizado no Maranhão). Dos lotes remanescentes adquiridos em leilão, todos já possuem licenciamento e encontram-se em obras, com cronograma antecipado frente ao cronograma da ANEEL. Já o Lote Q, adquirido no mercado secundário conforme explicado no item 1.1, está em fase de licenciamento, com previsão de início das obras em 2020.

	Lote 07	Lote 11	Lote 18	Lote 21	Lote 24	Lote Q
Região	MA I	MA II	SP-MG	SC	ES	RS-SC
Avanço das Obras	53%	91%	49%	52%	100%	Em licenciamento

Os projetos totalizam um investimento de R\$ 3,9 bilhões, dos quais 59% já foram realizados.

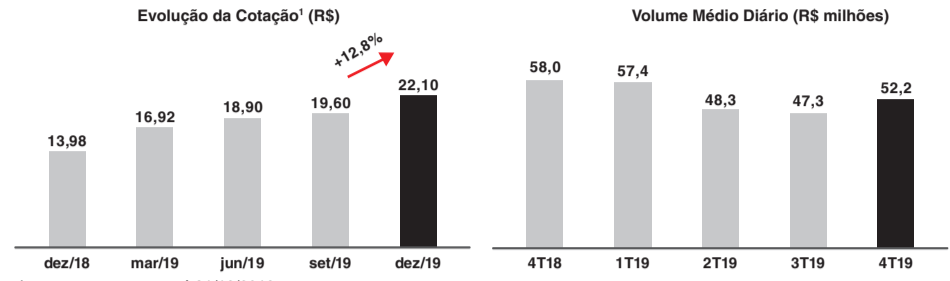
5.4 Comercialização

O volume de energia comercializada totalizou 14.100 GWh, queda de 22,1%, devido ao menor número de operações entre os agentes, refletindo o aumento do risco de crédito associado aos eventos de *default* que marcaram o mercado ao longo do ano, juntamente com a maior volatilidade de preços.

6. MERCADO DE CAPITALIS

6.1 Desempenho das Ações

Em 31 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 13,4 bilhões, com as ações (ENBR3) cotadas a R\$ 22,10, valorização de 58,1% em 2019, enquanto o Ibovespa e IEE acumularam valorizações de 31,6% e 55,5%, respectivamente. As ações da EDP foram negociadas em todos os pregões, totalizando 687,4 milhões de ações. A média diária alcançou 2,8 milhões de ações, enquanto o volume financeiro totalizou R\$ 12,7 bilhões, com volume médio diário de R\$ 51,2 milhões.



¹ Considera ajustes por proventos até 31/12/2019

6.2 Capital Social

Em 31 de dezembro, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 606.850.394 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 293.946.117 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, e 2.044.344 ações encontram-se em tesouraria.

6.3 Dividendos

Em 23 de dezembro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 236,0 milhões, correspondente a R\$ 0,39 por ação. Adicionalmente, a Companhia levará para aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 31 de março de 2020, dividendos adicionais de R\$ 368,8 milhões, correspondente a R\$ 0,61 por ação.

7. DESEMPENHO EM SUSTENTABILIDADE

A Companhia integra, há 14 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, demonstrando a solidez da sua estratégia de Sustentabilidade. Ainda, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a Companhia mantém, desde 2015, compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), priorizando nove dos dezessete objetivos, para os quais definiu metas até os horizontes de 2020 e 2022.

Em 2019, o Grupo EDP assumiu globalmente o compromisso da Organização das Nações Unidas de reduzir emissões para garantir que o aquecimento global não exceda 1,5°C, por meio da subscrição do *Business Ambition for 1.5 °C - Our Only Future*.

7.1 Desempenho em relação aos compromissos com o Desenvolvimento Sustentável

O desempenho da Companhia em relação aos compromissos com a Sustentabilidade, alinhado com a visão para 2020, está apresentado de forma detalhada no Relatório Anual 2019. Abaixo, seguem os principais destaques:



7.1.1. Meio Ambiente

Entre os destaques do período, está um projeto de P&D em biodiversidade, cujo principal objetivo é o desenvolvimento de uma metodologia integrada para mensurar e valorar os impactos e dependências dos serviços ecossistêmicos relacionados às atividades da EDP. Foram realizadas visitas em diversas unidades de distribuição e geração, com o objetivo de identificar os principais *stakeholders* em cada uma das unidades e a dinâmica de utilização dos serviços ecossistêmicos nestas.

Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia segrega, armazena, trata e descarta seus resíduos de forma ambientalmente adequada. Na UTE Pecém, foi realizado o reaproveitamento de aproximadamente 83% das cinzas produzidas na geração de energia no ano, enviadas para processamento na indústria cimenteira.

Neste sentido, Pecém recebeu o Prêmio FIEC 2019, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, na categoria grande porte, na modalidade Produção Mais Limpa - Projetos de Reciclagem, pelo projeto Estradas Pavimentadas com Cinzas de Carvão Mineral. A iniciativa visa substituir o solo e materiais rochosos, que são utilizados na construção da base e sub-base de estradas pavimentadas convencionais, por cinzas de carvão mineral geradas nas atividades industriais da usina.



7.1.2. Pessoas

Valorizar a diversidade e promover a inclusão são imperativos éticos que reafirmam a dimensão humana da Companhia e representam, na prática, a Cultura EDP. Neste contexto, um dos principais destaques do ano foi o lançamento oficial do Programa de Inclusão & Diversidade, com criação de estrutura de governança constituída por um comitê executivo, um comitê nacional e seis grupos de afinidade: Equidade de Gênero, Pessoas com Deficiência, Raça, Gerações, LGBTI+ e Culturas & Espiritualidades.

Ao longo do ano, os grupos, formados voluntariamente pelos próprios colaboradores, construíram planos de ação para endereçar alguns dos principais desafios de diversidade e inclusão na Companhia, resultando na aprovação de um roadmap que norteará as ações dos grupos para os próximos anos.

O ano também foi marcado pela realização da 1ª Semana da Diversidade, evento que reuniu palestrantes e profissionais do mercado para debater diferentes questões relacionadas ao tema. Entre os destaques está o painel "Diversidade como Diferencial Competitivo para o Negócio", que contou com as participações de CEOs de grandes empresas multinacionais junto ao Miguel Setas. Além disso, vale ressaltar a apresentação da Orquestra de Câmara da ECA/USP (OCAM), patrocinada pela EDP, ao lado da Orquestra Mundana Refugi, formada por músicos refugiados de diversos países.

O encerramento da Semana da Diversidade foi marcado pelo anúncio da adesão da EDP ao Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/2008), com extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias e licença-paternidade de 5 para 30 dias - 10 dias a mais do que o previsto pela lei. A adesão reafirmou o compromisso da Companhia com os Princípios de Empoderamento das Mulheres, estabelecidos pela ONU Mulheres.



7.1.3. Comunidade

No ano, apoiado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - incluindo os objetivos 4. Educação de Qualidade e 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura, que vão além do negócio da Companhia -, foram investidos mais de R\$ 13 milhões em ações culturais e socioambientais, beneficiando mais de 80 mil pessoas diretamente e cerca de 241 mil indiretamente nos estados do Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. O Índice de satisfação dos beneficiários dos projetos sociais foi de 95%.

Além disso, o Instituto EDP lançou uma nova campanha de voluntariado: Atrevo-me a Mudar o Mundo. Foram engajados 806 voluntários, representando cerca de 25% do quadro de funcionários da Companhia, com 2.941 horas dedicadas a ações de bem-estar social, segurança da população, meio ambiente, diversidade, entre outras.



7.1.4. Conhecimento

Um dos principais destaques do ano foi a aprovação, por meio de Chamada Estratégica da ANEEL, de três projetos de mobilidade elétrica da Companhia, que representam um investimento em P&D de R\$ 50 milhões via Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento da agência reguladora, recursos próprios e de parceiros. O principal projeto, em parceria com o Grupo Volkswagen e outras empresas fornecedoras de tecnologias, constitui na primeira rede com 30 novas estações de recarga ultrarrápida de veículos elétricos do Brasil, com um investimento previsto de R\$ 32,9 milhões. O empreendimento conectará um total de 64 pontos de carregamento que interligam São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba e Florianópolis, formando um corredor de abastecimento de automóveis elétricos com mais de 2.500 quilômetros de extensão.

O segundo projeto envolve a criação de um e-Lounge com vários postos de recarga para veículos elétricos próximos a um aeroporto, e será focado em oferecer comodidade, serviços e abastecimento elétrico a taxistas e motoristas de aplicativos. O terceiro projeto consiste na substituição de ônibus a diesel por ônibus elétricos no Espírito Santo.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2019 (R\$ mil)			2018 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	15.228.336,00			13.821.546,00		
Resultado operacional (RO)	2.335.998,00			2.151.084,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)*	970.541,12			781.403,28		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	49.430,93	5,09%	0,32%	43.704,17	5,59%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	100.751,96	10,38%	0,66%	101.299,21	12,96%	0,73%
Previdência privada	14.730,64	1,52%	0,10%	12.620,86	1,62%	0,09%
Saúde	-89.780,79	-9,25%	-0,59%	43.775,47	5,60%	0,32%
Segurança e saúde no trabalho	1.978,51	0,20%	0,01%	1.866,34	0,24%	0,01%
Educação	627,94	0,06%	0,00%	1.031,30	0,13%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	6.660,37	0,69%	0,04%	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.705,78	0,48%	0,03%	4.062,48	0,52%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	2.328,13	0,24%	0,02%	2.122,50	0,27%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	48.710,76	5,02%	0,32%	43.113,09	5,52%	0,31%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.535,77	0,16%	0,01%	6.373,88	0,82%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	141.679,99	14,60%	0,93%	259.969,31	33,27%	1,88%
3 - Indicadores Sociais Externos		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.534,24	0,07%	0,01%	1.640,52	0,08%	0,01%
Cultura	7.069,60	0,30%	0,05%	6.761,67	0,31%	0,05%
Saúde e saneamento	1.443,55	0,06%	0,01%	2.057,09	0,10%	0,01%
Esporte	2.536,71	0,11%	0,02%	2.215,37	0,10%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	524,00	0,02%	0,00%	85,80	0,004%	0,001%
Outros	302,94	0,01%	0,00%	878,00	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	13.411,04	0,57%	0,09%	13.638,45	0,63%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais externos	13.411,04	0,57%	0,09%	13.638,45	0,63%	0,10%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	193.826	8,30%	1,27%	113.172	5,26%	0,82%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	193.826,17	8,30%	1,27%	113.172	5,26%	0,82%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> não possui metas	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%
		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%	<input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%	<input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2019		2018		
Nº de empregados(as) ao final do período			3.283,00			3.185,00
Nº de admissões durante o período			452,00			385,00
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			12.794,00			8.907,00
Nº de estagiários(as)			141,00			147,00
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			ND			ND
Nº de mulheres que trabalham na empresa			727,00			692,00
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			12%			14%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa			134,00			132,00
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			3%			2%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais			54,00			51,00
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2019		2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		42,45		42,51		
Número total de acidentes de trabalho		25		29		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: 57,746	no Procon: 6,255	na Justiça: 8,311	na empresa: 58,169	no Procon: 4,837	na Justiça: 6,445
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 99,45%	no Procon: 99,86%	na Justiça: 46,64%	na empresa: 99,00%	no Procon: 100,00%	na Justiça: 40,45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		7.607.157,00			8.208.260,00	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: acionistas: colaboradores: retido: terceiros: 18%		58% 7% 4% 13%	governo: acionistas: colaboradores: retido: terceiros: 11%		67% 7% 5% 10%

7 - Outras Informações
N/A - Não Aplicável.
***Nota:** Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
*O valor referente a 2018 foi ajustado a fim de buscar maior precisão da informação reportada

7.2 Indicadores de Sustentabilidade

A Companhia, como parte do seu compromisso de transparência, disponibiliza os principais indicadores socioambientais que se relacionam aos temas principais do Relatório Anual de Sustentabilidade:

Indicador¹	Und	2019	2018
Consumo de água	m³	9.523.682,57	9.355.983
Energia economizada no cliente	MWh	18.285,69	84.748
Resíduos perigosos	Ton	2.355,91	1.690
Resíduos não perigosos	Ton	114.165,20	131.074
Emissões diretas de CO2 (escopo 1)	Ton CO2e	4.383.914,95	4.008.652,63
Emissões indiretas de CO2 (escopo 2)	Ton CO2e	241.180,91	229.960,57
Emissões de NOX	Ton	3.987,03	3.906
Emissões de SO2	Ton	12.884,65	11.446
Emissões de material particulado	Ton	1.482,18	1.721
Taxa de frequência - Próprios	Taxa	0,14	0,73
Taxa de frequência - Terceiros	Taxa	0,76	1,40
Taxa de gravidade - Próprios	Taxa	1,14	55,29
Taxa de gravidade - Terceiros	Taxa	320,75	911,18
Índice de Desempenho dos Fornecedores (IDF)	Índice	89	87
Investimento social privado	R\$ mil	13.411,04	13.638,45

¹ Os indicadores contemplam também os ativos não consolidados, proporcionalmente à participação da EDP Brasil. O aumento das emissões de NOx, SO2 e CO2e (escopo 1), bem como do consumo de água, estão associados ao maior despacho de Pecém em comparação com 2018.

A melhora nos indicadores de Segurança Ocupacional deve-se a diminuição de acidentes com e sem afastamento, bem como das fatalidades, tanto com colaboradores próprios quanto com terceiros, quando comparados ao ano anterior.

7.3 Inovação

Por ser um ativo essencial para a condução e perenidade dos negócios, a inovação está enraizada na visão, nos valores e na Cultura EDP. A Companhia concentra seus esforços em cinco pilares de inovação, que refletem as macrotendências de transformação do setor elétrico - armazenamento de energia, energias limpas, inovação digital, redes inteligentes e soluções com foco no cliente -, bem como o acesso à energia e inovação em processos internos. O conteúdo completo acerca das frentes de atuação está disponível no Relatório Anual de 2019.

7.4 Estratégia e Gestão

A estratégia da Companhia é baseada em uma governança sólida somada à sustentabilidade e à inovação. Por atuar em toda a cadeia do setor elétrico, a EDP busca gerir um portfólio balanceado de ativos com crescimento sustentado, eficiência superior e risco controlado. Em março, o grupo atualizou a sua visão estratégica global para "Liderança da transição energética para criação de valor", acreditando que a transição energética está sustentada em 3 plataformas: descentralização, digitalização e descarbonização.

A Companhia tem como prioridades o investimento em transmissão e distribuição, bem como em novos serviços, por meio do lançamento da marca EDP Smart. O objetivo é garantir uma diversificação de portfólio para mitigação de riscos e estabilidade dos resultados no longo prazo, bem como na preparação para as transformações do setor elétrico, que compreendem a abertura de mercado.

Neste sentido, as prioridades de investimento da EDP Brasil nos próximos anos serão inovação, infraestrutura e redes, novos serviços e capital humano, ativo essencial para o desenvolvimento dos negócios.

Ferramentas de gestão

A atuação da Companhia é apoiada pelo *Balanced Scorecard* (BSC) e pelos sistemas de certificação ISO 14.001, ISO 9.001 e OHSAS 18.001/ISO 45.001. Também são utilizadas as metodologias *Lean* (empresa enxuta) e *Kaizen*, para otimizar processos e reduzir desperdícios. Seu desempenho é acompanhado em reuniões mensais com toda a liderança da Companhia (*Operations Review*).

7.5 Relacionamento com os Clientes

A EDP integra em sua cultura valores e compromissos com seus clientes, parceiros de negócios, pessoas, comunidades e meio ambiente, executando diversas ações para obtenção da excelência no atendimento, aprimorando o acesso aos seus serviços, de maneira a torná-los cada vez mais simples e completos.

Buscando a excelência, a Companhia realizou melhorias no atendimento aos clientes das distribuidoras, com uso de tecnologias e robotização. Entre elas, estão a transformação digital; o Lumus, novo sistema com uso de inteligência, que serve como apoio ao atendente responsável; o *Speech Analytics*, robô que analisa a qualidade dos atendimentos e de atendentes de forma automática; e o *Chat Bot*, atendimento automático via chat. A EDP Brasil avalia a satisfação de seus clientes por meio de indicadores apresentados nas pesquisas anuais e bianuais realizadas por órgãos do setor, como ABRADEE e ANEEL. Em 2019, a Companhia ficou entre as finalistas do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) - ABRADEE.

A Companhia visa constantemente reduzir a taxa de acidentes com energia elétrica nas comunidades. Para isso, além de investir em campanhas educativas que orientam sobre o uso seguro da energia, realizou um mapeamento completo das principais causas de acidentes e desenvolveu planos de ação. Entre as iniciativas, destaca-se o projeto Brincando com Pipas, em parceria com o Instituto EDP, visando conscientizar crianças e jovens sobre os riscos do brincar próximo à rede elétrica. Como resultado, destaca-se a queda do número de ocorrências na rede com desligamento nas comunidades e o empoderamento infantil-juventude para o tema. Outras iniciativas regulares são a Operação Verão, com ações que envolvem terramentação automatizada para roteirização dos serviços, reposição de bases de apoio das equipes e parceria com órgãos municipais, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia.

7.6 Gestão de Pessoas

A EDP tem seus colaboradores como elo fundamental para a condução dos negócios. Em 2019, contava com 3.188 colaboradores próprios, 95 nas *joint ventures* e 192 *trainees*, estagiários e aprendizes, para os quais investe constantemente no desenvolvimento, reconhecimento, segurança, saúde e bem-estar. O ano foi marcado pela consolidação da Cultura EDP, projeto que envolveu uma transformação cultural baseada nos princípios da Companhia. Após a união das diretorias de Recursos Humanos e Transformação Organizacional, em cogestão, a

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	648.479	907.984	2.638.610	2.203.392	24	13.970	18.542	2.104.901	1.610.976
Títulos a receber	9	523	1.562			10			43.760	58.994
Títulos e valores mobiliários	6			135.263	174.463	10	71.276	94.022	493.977	509.449
Contas a receber	7			2.625.935	2.486.112	11			1.201	1.214
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	10	25.322	99.536	123.282	350.539	15	324.790	378.795	399.596	429.957
Outros tributos compensáveis	10	40.028	74.917	670.383	282.349	25	63.400	80.256	1.371.206	586.067
Empréstimos a receber	12	116.191				26			617.472	805.169
Dividendos	15	398.228	180.421	22.521	5.717	27	26	13	46.631	49.442
Estoques	13			168.719	266.965	28			98.155	154.262
Cauções e depósitos vinculados	14	222	222	130.910	687.232	29			29.326	28.405
Ativos financeiros setoriais	8			227.979	366.149	30			62.622	64.534
Ativos da concessão	20			17.405		31			81.470	29.871
Outros créditos	16	17.086	17.843	222.187	194.818	8			1.122	
Ativos não circulantes mantidos para venda	17	1.246.079	1.282.485	6.983.194	7.017.730	16	56.836	43.901	306.483	238.369
Total do Ativo Circulante		1.490.615	1.282.485	7.324.975	7.017.730		530.298	615.529	5.657.100	4.567.831
Não circulante										
Títulos a receber	9	25.292	24.529			17			76.427	
Ativos da concessão	20			3.200.239	818.662				530.298	615.529
Ativo financeiro indenizável	21			3.000.631	2.308.855				5.733.527	4.567.831
Contas a receber	7			100.545	92.246					
Títulos e valores mobiliários	6			1.750						
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	10	31.296		93.761	238.768					
Outros tributos compensáveis	10	71.090		1.663.011	741.134					
Tributos diferidos	11			741.695	22.909					
Empréstimos a receber	12	109.597	225.556	26.186	36.000					
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	109.020	95.170							
Cauções e depósitos vinculados	14	11.433	8.840	402.367	282.458					
Ativos financeiros setoriais	8			131.430	122.438					
Outros créditos	16	24.679	14.555	61.714	65.954					
Investimentos	18	382.407	368.650	9.423.329	4.729.324					
Propriedades para investimentos		8.514.980	8.147.406	2.097.673	2.024.618					
Imobilizado	22	9.484	9.901	11.552	12.163		4.682.716	4.682.716	4.682.716	4.682.716
Intangível	23	27.460	31.734	6.306.057	6.661.984		139.578	136.733	139.578	139.578
		30.641	29.665	2.325.483	2.326.252		5.059.602	4.110.950	5.059.602	4.110.950
		8.582.565	8.218.706	10.740.765	11.025.017		32.4	(620.694)	(401.954)	(401.954)
		8.964.972	8.587.356	20.164.094	15.754.341		32.5	(32.155)	(4.738)	(4.738)
Total do Ativo Não circulante							9.229.047	8.523.707	9.229.047	8.523.707
TOTAL DO ATIVO		10.455.587	9.869.841	27.489.069	22.772.071		9.229.047	8.523.707	10.331.597	9.674.581
							10.455.587	9.869.841	27.489.069	22.772.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas	33	4.634	5.148	15.228.336	13.834.220
Custos	34				
Custo do serviço de energia elétrica				(7.888.945)	(8.366.967)
Custo da produção da energia elétrica				(590.560)	(675.129)
Custo de operação				(1.220.527)	(1.175.053)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.576.518)	(1.016.041)
Lucro bruto		-	-	(12.276.550)	(11.233.190)
Despesas e Receitas operacionais		4.634	5.148	2.951.786	2.601.030
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	34			(113.000)	(85.142)
Despesas gerais e administrativas	34	(97.707)	(115.218)	(423.266)	(558.630)
Ganho na alienação de investimentos				374.655	374.655
Outras despesas e receitas operacionais	34	11.173	(27.726)	(123.208)	(171.609)
Resultado das participações societárias	18	1.446.997	231.711	(659.474)	(440.726)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		1.365.097	1.263.826	2.360.460	2.163.278
Resultado financeiro	35				
Receitas financeiras		47.071	130.056	758.416	459.870
Despesas financeiras		(73.194)	(96.221)	(1.191.596)	(826.195)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.338.974	1.297.661	1.927.280	1.796.953
Tributos sobre o lucro	36				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.118)	(24.828)	(287.901)	(297.714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.118)	(24.828)	(156.924)	(84.489)
Lucro líquido do exercício		1.337.856	1.272.833	1.482.455	(382.205)
Atribuível aos acionistas controladores		1.337.856	1.272.833	1.337.856	1.272.833
Atribuível aos acionistas não controladores				144.599	141.917
Resultado por ação atribuível aos acionistas	37				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		2,21204	2,09953	2,21204	2,09953
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		2,20354	2,09144	2,20354	2,09144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício		1.337.856	1.272.833	1.482.455	1.414.750
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(112.890)	76.944
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(218.740)	50.812	(144.233)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				38.383	(26.161)
Resultado abrangente do exercício		(218.740)	50.812	(218.740)	50.783
Atribuível aos acionistas controladores		1.119.116	1.323.645	1.263.715	1.465.533
Atribuível aos acionistas não controladores		1.119.116	1.323.645	144.599	141.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.338.974	1.297.661	1.927.280	1.796.953
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		107	44	226.178	37.787
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				113.000	85.142
Remuneração dos Ativos da concessão				(461.087)	(55.251)
Valor justo do ativo financeiro indenizável				(292.655)	(58.434)
Títulos a receber - atualização monetária e AVP		(4.405)	(2.976)		
Depreciações e amortizações		17.876	30.268	622.357	609.896
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.451	30.842	15.301	68.750
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos				152	93.408
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(13.086)	(22.425)	(13.160)	(22.585)
Mais-valia na aquisição de investimentos				(78.880)	(78.880)
Ativos e passivos financeiros setoriais				401.713	(16.501)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				6.913	6.948
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		64.009	203.005	508.273	667.991
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				39.267	38.866
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		962		14.748	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				80.186	(66.158)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		258	4.159	85.184	76.399
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				5.747	(1.769)
Ajuste a valor presente				(4.689)	(2.381)
Resultado de participações societárias		(1.446.997)	(1.026.967)	(68.148)	(2.974)
Ganhos com investimentos				(374.655)	(374.655)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				60.873	43.290
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.307)	(921)	(16.046)	(42.403)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(6.719)		(452.706)	(49)
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade					(21.336)
Atualização monetária contraprestação contingente				(970)	1.455
Amortização do prêmio de risco - GSF				3.292	4.059
Outros		3.819	2.066	16.014	1.058
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		(45.058)	61.221	2.670.673	2.934.970
Contas a receber				(535.731)	(167.045)
Ativos financeiros setoriais				205.599	(103.894)
Títulos e valores mobiliários				39.271	(174.463)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		70.408	24.044	763.374	133.220
Outros tributos compensáveis		(36.201)	(52.399)	(2.064.398)	(23.588)
Estoques				57.666	(160.621)
Cauções e depósitos vinculados		(286)	(734)	(122.144)	(47.329)
Rendas a receber				794	(1.122)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda				10.281	
Outros ativos operacionais		(9.366)	(18.126)	(28.367)	(73.654)
Total		24.555	(47.215)	(1.685.852)	(606.299)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018		
Saldo em 31 de dezembro de 2017										
Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018										
Saldo em 1º de janeiro de 2018										
Absorção de adoção inicial - CPC 48 por controladas										
Aumento de capital de subsidiárias										
Alienação da participação de controlada										
Ajuste de Avaliação Patrimonial										

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.
As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - B3, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa; Índice de Energia Elétrica - IEE; e Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.
A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2019		31/12/2018	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Controlada	integral	50,00	-	50,00	-
EOE Participações S.A. (EOE Participações) (i)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	-	-	-	50,00
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Comercialização Varejista Ltda. (EDP Varejista)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul) (ii)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Transmissão MA I S.A. (EDP Transmissão MA I)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão MA II S.A. (EDP Transmissão MA II)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão S.A. (EDP Transmissão)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Serviços						
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	25,35	-	23,56	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00

(i) Incorporada pela CEJA em 30 de novembro de 2019 (Nota 19.1).
(ii) Anteriormente denominada Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda.

2 Outorgas
Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.
A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2019 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MW) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Energest	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	16/07/2025	A critério da Aneel poderá ser prorrogada por mais 20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	01/07/2043	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	10/04/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão	113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230 kV; SE 230/138-3.8 kV		10/02/17	09/02/47	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Em fase de projeto/construção										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão										
EDP Transmissão Aliança	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230 kV		11/08/17	11/08/47	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão MA I	123 Km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 500 kV; SE 500/230/69 kV; SE 500/230 kV		11/08/17	11/08/47	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão MA II	203 km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 230 kV; SE 230/69 kV;		11/08/17	11/08/47	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG	375 km	Serviço Público	Concessão	SC	LT 500 kV		11/08/17	11/08/47	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV		27/06/16	27/06/46	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.
(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.
(iii) Não existe previsão de indenização.

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MW) (*)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
		Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	07/07/2045
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	09/07/2047
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	09/07/2047
Celesc Geração S.A. - Celesc G	UHE: Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	07/11/2046
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	5,62	3,80	17/03/2035
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					106,97	67,19	

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
(i) Usina com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).
Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da Concessão	Potência		Status	
			Instalada (MW)	Acréscimo Potência (MW)		
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	Em construção
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruium	São José/SC	*	1,00	1,00	2,00	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC		3,83	10,00	13,83	Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28	

(*) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

2.1 Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão
As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

- Distribuição**
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas distribuidoras.
Concessionários: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.
- Geração**
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; acompanhamento de execução das obras e exploração das suas instalações diretamente ou através de prepostos de órgãos conveniados, os quais terão livre acesso às obras, instalações e equipamentos vinculados à concessão; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário; a observância das normas legais e contratuais; a utilização e o destino da energia, bem como a qualidade e a comercialização do produto.
Concessionários: manter, permanentemente, os equipamentos e instalações da unidade geradora em perfeitas condições de funcionamento, com adequada estrutura de operação e conservação dos bens e instalações; condições gerais de segurança e salubridade dos operadores, eventuais visitantes e populações adjacentes ao empreendimento.
Transmissão
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; revisar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas transmissoras.
Concessionários: deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão cumprindo todas as exigências dos órgãos responsáveis pelos licenciamentos; manter atualizado o registro e inventário dos bens vinculados à concessão e a documentação técnica dos equipamentos e instalações; e cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares e as instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
- 2.1.1 Interpretação Técnica ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão**
A ICP 01 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual dos contratos de concessão e autorização divulgados no quadro acima, a Companhia concluiu que esta interpretação é aplicável aos contratos de concessão das controladas de distribuição e transmissão.
Já os contratos das controladas de geração apresentam características que não atendem aos requisitos de enquadramento da ICP 01, principalmente, pelo fato do preço de venda da energia produzida não ser totalmente regulado, em sua essência, pelo poder concedente, uma vez que parte relevante da receita auferida pelas usinas ser proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Desta forma, estes contratos estão sob o escopo do CPC 27 - Ativo Imobilizado.
De acordo com a ICP 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.
Modelo do ativo financeiro
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
Modelo do ativo intangível
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.
Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.
Como as controladas de distribuição são remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.
Devido a implementação da ICP 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota 21.) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota 23) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pelas distribuidoras e, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.
Com a adoção do CPC 47, os ativos da infraestrutura das controladas de distribuição, durante o período de construção, passaram a ser tratados como Ativos da concessão (Nota 20).
Já as controladas de transmissão são remuneradas por meio: (i) da Receita Anual Permitida - RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por outra parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo de Ativos da concessão (Nota 20).
O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

3 Base de preparação
3.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração de Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 38.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 27).

3.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.7); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 11); Ativos da concessão (Nota 20); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 22 e 23); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 27); Provisões para contingências (Nota 31.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 31.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 38.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
3.6 Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).
As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.
As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 25,35% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da CELESC. A Companhia possui 3 assentos no Conselho de Administração e 1 assento no Conselho Fiscal (Nota 19.2).
- As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação a coligada CELESC, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.8.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 34.4). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia e suas controladas possuem em aberto. Nos casos em que a Companhia ou suas controladas são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à alugueis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia e suas controladas não adotaram o expediente prático que as isentariam de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia e suas controladas realizaram o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Controladora			Consolidado			
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo							
Imobilizado	22.2	31.734	8.666	40.400	6.661.984	80.520	6.742.504
Passivo							
Outras contas a pagar (Circulante)	16.7	43.901	4.269	48.170	238.369	33.341	271.710
Outras contas a pagar (Não circulante)	16.7	6.488	4.397	10.885	44.255	47.179	91.434

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 16), Imobilizado (Nota 22), Gastos operacionais (Nota 34) e Resultado financeiro (Nota 35).

3.8.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2019, as controladas e controladas em conjunto obtiveram os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Consolidado		Custo da dívida	Finalidade
				Valor	Valor		
EDP Transmissão SP-MG	Debêntures - 1ª Emissão	jan/19	jun/20	250.000		CDI + 0,2%	
		ago/19	jul/39	800.000		IPCA + 4,45% a.a.	Implantação do Projeto
		jan/19		45			
		fev/19		700			
		mar/19		7.150			
		abr/19		20.950			
		mai/19		3.198			
		jun/19		950		CDI + 1,0% a.a. até 11/12/2019	
		jul/19	jun/20	4.000		CDI + 0,65% a.a. a partir 12/12/2019	Empréstimo Ponte
		ago/19		501			
EDP Transmissão MA I	Cédula de Crédito Bancário	set/19		2.100			
		out/19		5.400			
		nov/19		1.300			
		dez/19		20.500			
		jan/19		3.500			
		fev/19		2.600			
		mar/19		1.400			
		abr/19		5.600			
		mai/19		12.900		CDI + 1,0% a.a.	Empréstimo Ponte
		jun/19		2.800			
EDP São Paulo	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	ago/19		15.000			
		nov/19	jan/39	21.634		IPCA + 2,57% a.a.	Implantação do projeto de transmissão Lote 11
		abr/19	mar/24	200.000		106,6% do CDI	
		jul/19	jul/24	300.000		106,58% do CDI	
		abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Nota Promissória - 5ª Emissão	abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
		abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Grid	Cédula de Câmbio	abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
EDP COMERCIALIZAÇÃO	Cédula de Câmbio	abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
EDP Lajeado	Debêntures - 4ª Emissão	abr/19	nov/20	100.000		CDI + 0,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
				2.324.728			

Controladas em conjunto (não consolidadas nestas demonstrações financeiras)

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
São Manoel	BNDES	set/19	dez/25	3.109	TJLP	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
				3.109		

4.1.1 EDP Transmissão MA I (Lote 07) - Contrato de Financiamento

Em 10 de julho de 2019 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando da celebração, no dia 28 de junho de 2019, do Contrato de Financiamento entre sua controlada, EDP Transmissão MA I e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), a fim de viabilizar uma linha de crédito no valor total de R\$252.056, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), com prazo para pagamento de 24 anos. As primeiras liberações estão previstas para ocorrerem ao longo do exercício de 2020.

4.2 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

EDP Espírito Santo

Em 3 de abril de 2019 a EDP Espírito Santo obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A EDP Espírito Santo reconheceu o montante de R\$737.962 a recuperar, atualizado monetariamente, retroativo a competência março de 2012, em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, na rubrica de Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos (Nota 10) e em contrapartida reconheceu passivos financeiros setoriais (Nota 8). A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. A EDP Espírito Santo formulou consulta à ANEEL e recebeu resposta por meio do OFÍCIO Nº 392/2019 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a agência, por meio de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias.

O montante foi revisado considerando as cláusulas da referida decisão e teve seu valor principal estimado em R\$555.006, que atualizados até 31 de dezembro de 2019, somam R\$737.962.

EDP São Paulo

Em 10 de dezembro de 2019 foi deferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, decisão favorável em processo judicial no qual foi reconhecido o direito à não inclusão dos valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A EDP São Paulo reconheceu o montante de R\$1.018.635 a recuperar, atualizado monetariamente, retroativo a competência março de 2012, em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, na rubrica de Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos (Nota 7) e em contrapartida reconheceu passivos financeiros setoriais (Nota 6). A EDP São Paulo aguarda habilitação dos créditos pela Receita Federal para posteriormente compensá-los com tributos correntes e aguarda ainda definição do órgão regulador acerca do modelo de repasse aos consumidores.

4.3 Revisão Tarifária Periódica

EDP Espírito Santo - 8ª Revisão

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.589 de 6 de agosto de 2019, homologou o resultado da 8ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Espírito Santo aplicado a partir de 7 de agosto de 2019.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -4,84%, sendo -3,22% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e -5,56% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada três anos na EDP Espírito Santo, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM); e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 1,12%; "T": -1,05%; e "Q": -0,28%.

Na composição da revisão tarifária de 2019 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$4.198 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$2.581 bilhões, 19% e 28% superiores respectivamente à última revisão.

O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 7,06%, sobre a energia injetada. Já para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão, a trajetória regulatória atingirá o patamar de 9,58% em 2022, considerando o valor definido no primeiro ano de 10,74%.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$122.102 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela EDP Espírito Santo e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente (i) para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço, e (ii) estimativa de glosas.

O montante dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi positivo de R\$187.027, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela EDP Espírito Santo no período tarifário, e a previsão dos custos futuros.

EDP São Paulo - 5ª Revisão

Em 22 de outubro de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida naquela data, aprovou a 5ª Revisão Tarifária Periódica, aplicada a partir de 23 de outubro de 2019.

Em relação à tarifa praticada, o efeito médio percebido pelos consumidores é de -5,53%, sendo -3,53% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e -6,34% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada quatro anos na EDP São Paulo, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de administração, operação e manutenção e (ii) os custos anuais de ativos. Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e projeção para os doze meses subsequentes.

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 0,96%; "T": -0,00%; "Q": -0,08%.

Na composição dos custos gerenciáveis, destacam-se os seguintes componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R\$4.280 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R\$2.423 bilhões, 29% e 45% superiores respectivamente à última revisão.

O índice regulatório definido pela Aneel para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 4,06%, sobre a energia injetada. Já as Perdas Não Técnicas em baixa tensão, a trajetória regulatória atingirá o patamar de 7,86% em 2023, considerando o valor definido no primeiro ano de 8,57%.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$99.335 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela EDP São Paulo e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente (i) para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço, e (ii) estimativa de glosas.

O ajuste dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi positivo em R\$357.611, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela EDP São Paulo no período tarifário de 2018 a 2019 e a previsão dos custos futuros.

4.4 Licenças Prévia e de Instalação

EDP Transmissão MA I (Lote 07) - Licença de Instalação (LI)

Em 16 de julho de 2019, a controlada EDP Transmissão MA I obteve a LI nº1079105/2019, com sete meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL.

EDP Transmissão SP- MG (Lote 18) - Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI)

Em 16 de julho de 2019 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a LP nº 610/2019. Adicionalmente, em 15 de outubro de 2019 foi emitida a LI nº 1.317/2019 pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA relativa à linha de transmissão LT 500 KV SE Cachoeira Paulista - SE Estreito, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. A obtenção da LI estava prevista para até fevereiro de 2020, o que reflete uma antecipação de 4 meses do início da obra frente a esse cronograma.

EDP Transmissão Litoral Sul (Lote Q) - Licença Prévia (LP)

Em 31 de julho de 2019, foi emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM a LP nº 004389-0567/17-8 do trecho final da linha de transmissão SC/RS. O empreendimento foi segmentado em quatro trechos para o processo de licenciamento ambiental.

EDP Transmissão Aliança SC (Lote 21) - Licença de Instalação (LI)

Em 23 de outubro de 2019 foi emitida a LI nº 6.940/2019 pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), relativa às linhas de transmissão LT 525 KV Siderópolis 2 - Abdon Batista; LT 525 KV Abdon Batista - Campos Novos; LT 230 KV Siderópolis 2 - Siderópolis e LT 230 KV Siderópolis 2 - Forquilha. A obtenção da LI estava prevista para até fevereiro de 2020, o que reflete uma antecipação de 4 meses do início da obra frente a esse cronograma.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia e de suas controladas concluem que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia e de suas controladas entendem que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.8.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

3.8.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia e de suas controladas avaliaram a nova estrutura conceitual e não esperam que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Consolidado		Custo da dívida	Finalidade
				Valor	Valor		
EDP Transmissão SP-MG	Debêntures - 1ª Emissão	jan/19	jun/20	250.000		CDI + 0,2%	
		ago/19	jul/39	800.000		IPCA + 4,45% a.a.	Implantação do Projeto
		jan/19		45			
		fev/19		700			
		mar/19		7.150			
		abr/19		20.950			
		mai/19		3.198			
		jun/19		950		CDI + 1,0% a.a. até 11/12/2019	
		jul/19	jun/20	4.000		CDI + 0,65% a.a. a partir 12/12/2019	Empréstimo Ponte
		ago/19		501			
EDP Transmissão MA I	Cédula de Crédito Bancário	set/19		2.100			
		out/19		5.400			
		nov/19		1.300			
		dez/19		20.500			
		jan/19		3.500			
		fev/19		2.600			
		mar/19		1.400			
		abr/19		5.600			
		mai/19		12.900		CDI + 1,0% a.a.	Empréstimo Ponte
		jun/19		2.800			
EDP São Paulo	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	ago/19		15.000			
		nov/19	jan/39	21.634		IPCA + 2,57% a.a.	Implantação do projeto de transmissão Lote 11
		abr/19	mar/24	200.000		106,6% do CDI	
		jul/19	jul/24	300.000		106,58% do CDI	
		abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
		abr/19	abr/21	70.000		CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Nota Promissória - 5ª Emissão	abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
		abr/19	mar/24	300.000		106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Contas a Receber

	Nota	Consolidado											Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018	
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida					PECLD
Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.7)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.7)				
Circulante															
Consumidores	7.4														
Fornecimento faturado															
Residencial															
Industrial															
Comércio, Serviços e Outras Atividades															
Rural															
Poder Público															
Federal															
Estadual															
Municipal															
Iluminação Pública															
Serviço Público															
Cientes livres															
Serviços Cobráveis															
Fornecimento não faturado															
(-) Arrecadação em processo de reclassificação															
(-) Ajuste a valor presente	7.2														
Outros créditos	7.3														
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.5														
Energia de curto prazo	7.6														
Encargos de uso da rede elétrica															
Outros créditos															
Cientes															
Eficiência energética															
Serviço de gerenciamento de obra															
Serviços de gerenciamento de assinaturas															
Dispêndios a reembolsar															
Geração de vapor															
Outros clientes															
Total Circulante															

	Nota	Consolidado					Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
		Corrente a Vencer		Renegociada a Vencer		PECLD		
		Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.7)	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.7)		
Não Circulante								
Consumidores								
Fornecimento faturado								
Residencial								
Industrial	4.983	(3.213)						
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18	(18)						
Rural								
Poder público								
Federal								
Municipal								
Iluminação pública								
Serviço público								
Cientes livres								
(-) Ajuste a valor presente	7.2							
Concessionárias								
Outros créditos								
Cientes								
Eficiência energética								
Dispêndios a reembolsar								
Outros clientes								
Total Não Circulante								

Os saldos do Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas. O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características do Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da Porto do Pecém, relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é de 5 dias úteis. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, as controladas de distribuição oferecem aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Serviços

Para as controladas de serviços, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante às medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as distribuidoras o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das mesmas. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a taxa correspondente para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$4.563 (R\$ 5.292 em 2018).

Para as controladas EDP Soluções e EDP GRID o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do exercício em R\$4.203 (R\$3.159 em 2018).

7.3 Outros créditos - Consumidores

Do montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$29.775 (R\$29.527 em 31 de dezembro de 2018), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a controlada EDP Espírito Santo, referente ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, há um passivo reconhecido no valor de R\$31.448 (R\$31.428 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 28), sendo R\$28.546 (R\$28.528 em 31 de dezembro de 2018) referente a EDP Espírito Santo.

7.4 Consumidores

A variação no saldo a receber de consumidores é decorrente, substancialmente, do crescimento do consumo nas áreas de concessão das distribuidoras influenciado por temperaturas elevadas no primeiro trimestre do ano, impactando o acumulado do exercício.

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

Do montante de R\$492.283, R\$375.974 refere-se a controlada EDP Comercializadora, sendo a variação decorrente do aumento de preço no mercado de curto prazo, provocando um aumento na demanda de clientes por operações de repactuação e operações de venda de lastro.

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado											
	Saldo em 31/12/2018	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	Circulante	Valores em amortização		Valores em constituição			Indeterminado
							Não circulante	IRT (*) 2019	IRT (*) 2020	IRT (*) 2021	IRT (*) 2022	
CVA												
Compra de energia (ii)	682.511	(69.353)	(473.791)	35.234	174.601	151.793	22.808	105.612	140.606	(71.617)		
Custo da Energia de Itaipu (iii)	229.221	175.001	(172.139)	11.549	243.632	174.203	69.429	139.342	104.290			
PROINFA	5.965	18.151	(9.164)	974	15.926	17.962	(2.036)	18.813	(2.887)			
Transporte Rede Básica	45.782	74.011	(58.506)	1.799	63.086	27.849	35.237	9.379	53.707			
Transporte de Energia - Itaipu	18.361	9.225	(16.396)	816	12.006	8.862	3.144	7.347	4.659			
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (iv)	(358.795)	(111.815)	293.366	(18.027)	(195.271)	(151.589)	(43.682)	(130.924)	(64.347)			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	109.638	(46.787)	(54.874)	4.334	12.311	39.823	(27.512)	47.768	(35.457)			
	732.683	48.433	(491.504)	36.679	326.291	268.903	57.388	197.337	200.571	(71.617)		
Itens financeiros												
Sobrecontratação de energia (v)	(105.179)	17.649	60.042	(6.237)	(33.725)	(29.323)	(4.402)	(23.951)	(9.774)			
Neutralidade da Parcela A (vi)	(994)	(44.818)	30.529	(1.269)	(16.552)	(22.342)	5.790	(27.153)	10.601			
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos	(226.858)	(71.993)	20.450	(25.429)	(303.830)	(56.046)	(247.784)	(56.046)	(126.927)	(74.325)	(46.532)	
Outros	(87.962)	46.750	43.971	7.461	10.220	32.188	(21.968)	31.954	622	(22.356)		
	(420.993)	(52.412)	154.992	(25.474)	(343.887)	(75.523)	(268.364)	(75.196)	1.449	(149.283)	(74.325)	(46.532)
PIS e COFINS												
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	3.891		30.708		34.599	34.599		34.599				
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 4.2)		(1.343.679)		(412.918)	(1.756.597)		(1.756.597)					(1.756.597)
	3.891	(1.343.679)	30.708	(412.918)	(1.721.998)	34.599	(1.756.597)	-	34.599	-	-	(1.756.597)
Total	315.581	(1.347.658)	(305.804)	(401.713)	(1.739.594)	227.979	(1.967.573)	122.141	236.619	(220.900)	(74.325)	(46.532)
Ativo Circulante	366.149				227.979	227.979						
Ativo Não circulante	122.438				131.430		131.430					
Passivo Circulante	1.122				-							
Passivo Não circulante	171.884				2.099.003		2.099.003					

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das distribuidoras EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores materiais. São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	523	1.562	61.550	62.869
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"			(36.258)	(38.340)
Total	523	1.562	25.292	24.529

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$43.964, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

10 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora								
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.1	99.536	-	7.660	-	(84.180)	3.060	30.542	56.618
Total Circulante		99.536	-	7.660	-	(84.180)	3.060	30.542	56.618
Outros tributos compensáveis									
ICMS		39							39
PIS e COFINS		422	533					(533)	422
IRRF sobre aplicações financeiras		41.313	18.916			(3.060)			57.169
IRRF sobre juros s/ capital próprio		30.543	50.745					(30.542)	50.746
IR/CS retidos sobre faturamento		971	36						1.007
Outros		1.629	106						1.735
Total Circulante		74.917	70.336	-	-	-	(3.060)	(31.075)	111.118
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	-	(37)	-	-	37	-
Total Circulante		-	-	-	(37)	-	-	37	-
Outros tributos a recolher									
ICMS		-	63						63
PIS e COFINS		19.075	34.570			(22.606)		(570)	30.469
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.422	288		(993)				717
IRRF sobre juros s/ capital próprio		61.575	30.538			(61.574)			30.539
Parcelamentos	10.5.1	31.762		941	(5.388)				27.315
Encargos com pessoal		5.679	824		(3.668)				2.835
Outros		980	1.319		(1.102)				1.197
Total		120.493	67.602	941	(11.151)	(84.180)	-	(570)	93.135
Circulante		94.022							71.276
Não circulante		26.471							21.859

	Consolidado										
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Aquisição de empresa	Transferência	Transferência para Ativo Mantido para Venda	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis											
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 10.2)	350.533	4.790	-	38.701	310.806	(321.664)	3.060	-	(150.643)	(18.540)	217.043
Total	350.533	4.790	-	38.701	310.806	(321.664)	3.060	-	(150.643)	(18.540)	217.043
Circulante	350.533										123.282
Não circulante	-										93.761
Outros tributos compensáveis											
ICMS (Nota 10.3)	165.242	55.160	(14.790)		1.549		89		(21.255)		185.995
PIS e COFINS (Nota 10.2)	196.451	2.579.510		441.012	1.021	(78.917)		1	(1.164.447)	(107)	1.974.524
IRRF sobre aplicações financeiras	70.121	46.127			5.103	(21)	(3.060)	268	(21.648)	(994)	95.896
IRRF sobre juros s/ capital próprio	30.661	54.251							(30.542)		54.370
IR/CS retidos sobre faturamento	32.174	4.849							(32.570)	(164)	4.289
Outros	26.468	2.624		646	252	(1.725)			(7.141)	(2.804)	18.320
Total	521.117	2.742.521	(14.790)	441.658	7.925	(80.663)	(2.971)	269	(1.277.603)	(4.069)	2.333.394
Circulante	282.349										670.383
Não circulante	238.768										1.663.011
Passivos a recolher											
Imposto de renda e contribuição social a recolher	58.994	287.901	-	3	(67.631)	(476)	-	-	(231.456)	(3.575)	43.760
Total Circulante	58.994	287.901	-	3	(67.631)	(476)	-	-	(231.456)	(3.575)	43.760
Outros tributos a recolher											
ICMS (Nota 10.4)	237.670	2.799.345	(18)	392	(2.784.537)		89		(21.258)	(4)	231.679
PIS e COFINS	97.422	1.949.676		5	(472.474)	(299.440)			(1.165.502)	(3.780)	105.907
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	9.582	68.681		73	(65.265)		(6)	2	(19)	(44)	13.004
IRRF sobre juros s/ capital próprio	101.142	87.171			(4.648)	(101.141)				(1.587)	80.937
Parcelamentos (Nota 10.5)	428.890			21.827	(42.750)				(10.011)		397.956
Encargos com pessoal	20.914	8.963	(6)	5	(12.282)	(943)				(324)	16.327
Outros	3.170	7.446		12	(6.492)	(327)		6			3.815
Total	898.790	4.921.282	(24)	22.314	(3.388.448)	(401.851)	89	2	(1.196.790)	(5.739)	849.625
Circulante	509.449										493.977
Não circulante	389.341										355.648

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas paguem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

10.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

10.2 Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Em decorrência de recálculo de tributos nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Enerpeixe, no exercício de 2017, as mesmas constituíram créditos dos referidos tributos relativos a exercícios anteriores.

Em relação ao Imposto de renda e contribuição social, as controladas apuraram um crédito de R\$404.621, sendo o saldo atualizado, líquido das compensações até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$453, referente a controlada EDP Espírito Santo, uma vez que a controlada EDP São Paulo teve sua compensação concluída no exercício.

Em relação ao PIS e COFINS, as controladas apuraram um crédito de R\$314.158, sendo o saldo atualizado, líquido das compensações até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$102.485. Adicionalmente, as controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo apuraram um crédito de R\$555.006 e R\$788.673 respectivamente, devido a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 4.2).

10.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro 2019 de R\$185.995 (R\$165.242 em 31 de dezembro de 2018), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$180.017 (R\$160.552 em 31 de dezembro de 2018), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$176.604 (R\$158.103 em 31 de dezembro de 2018) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/48 avos por mês.

10.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$231.679 (R\$237.670 em 31 de dezembro de 2018), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$216.768 (R\$227.854 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

10.5 Parcelamentos

10.5.1 Controladora

10.5.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora					
	Total de Parcelamento			Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS	
	Principal	Multa	Juros			
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382
Redução Programa REFIS						(7.471)
Utilização Base Negativa/Prejuízo Fiscal						(11.933)
Total						39.978

10.5.2 Consolidado

10.5.2.1 REFIS

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 10.5.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado						
	Total de Parcelamento			Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS		
	Principal	Multa	Juros	Encargos			
COFINS	33.679	6.736	12.474		52.889	2.092	54.981
PIS	6.677	1.335	2.126		10.138	454	10.592
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa		223	192		415	190	605
Total dos tributos	53.350	12.204	29.149	2.555	97.258	22.557	119.815
Redução Programa REFIS							(19.049)
Utilização Base Negativa/Prejuízo Fiscal							(24.032)
Total							76.734

10.5.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado			
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
	PIS	37.010	7.401	10.649
COFINS	166.807	33.361	47.259	247.427
CSLL	63.432	12.686	16.017	92.135
IRPJ/IRRF	155.787	31.158	38.304	225.249
Total	423.036	84.606	112.229	619.871
Redução Programa PERT				(105.668)
Total				514.203

10.5.3 Movimentação dos parcelamentos

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	REFIS	REFIS (ii)	PERT	Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Valor de adesão	39.978	76.734	514.203	590.937	
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)	791	791	(11.236)	(10.445)	
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707	11.422		11.422	
Ativo a compensar			3.640	3.640	
Depósito Judicial a favor da Companhia		17.284		17.284	
Conversão em renda a favor da União	(5.689)	(23.864)		(29.553)	
Amortização	(37.884)	(73.963)	(195.573)	(267.420)	
Atualização	21.412	27.262	54.148	102.822	
Reversão de atualização da conversão em renda		(2.892)		(2.892)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.315	36.414	361.542	397.956	

(i) O montante de R\$791 na Controladora refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluído no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

(ii) O valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2019 de R\$36.414 (R\$40.654 em 31 de dezembro de 2018): (i) R\$27.315 (R\$31.762 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e; (ii) R\$9.099 (R\$8.892 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$23.153 (R\$22.643 em 31 de dezembro de 2018), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGN/RF nº 06/09

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Ativo								Passivo				Consolidado			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		Receitas (Despesas)		Financeiras	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Títulos e valores mobiliários																			
Debêntures																			
São Manoel	Controlada em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018															9.112	
																		9.112	
Empréstimos a receber																			
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI																			
Pecém OM	Controlada em conjunto		05/12/2011 a indeterminado			1.468	1.379											90	
Mabe	Controlada em conjunto		04/10/2013 a 31/12/2019			23.108	21.430											1.343	
						24.576	22.809											1.433	
																		1.436	
Contas a receber (Nota 7)																			
Suprimento de energia elétrica																			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	130,07	01/01/2017 a 31/12/2046	412	397													4.847	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/07/2019 a 31/12/2019	3.437	2.735													20.402	
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)	108,71	01/01/2017 a 31/12/2046	55	53													55	
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)		01/07/2019 a 31/12/2019	4.583	3.646													4.583	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/07/2019 a 31/12/2019	87	1.823													87	
Energest	Controlada (**)		01/08/2005 a 17/07/2025	8.500															
Encargo de uso da rede																			
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)		09/02/2019 a 10/02/2047															18	
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	5														65	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	2														2	
Prestação de serviços																			
Central Edíca Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													23	
Central Edíca Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													23	
Central Edíca Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													23	
Central Edíca Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													23	
Central Edíca Jáú	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													15	
Central Edíca Aventura	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/12/2019		2													15	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2019																
				17.081	8.666													30.059	
																		43.287	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC																			
CEJA	Controlada em conjunto		05/10/2015 a indeterminado				36.000												
Celesc Geração	Coligada com influência significativa		31/08/2017 a indeterminado															1.350	
																		1.350	
Fornecedores (Nota 24)																			
Suprimento de energia elétrica																			
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)	170,30	01/01/2015 a 31/12/2044					690	699									(5.377)	
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044					993	870									(8.101)	
Central Edíca Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						306									(4.469)	
Central Edíca Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						306									(4.657)	
Central Edíca Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						306									(4.469)	
Central Edíca Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						306									(4.324)	
Central Edíca Jáú	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						282									(2.223)	
Central Edíca Aventura	Parte Relacionada		24/01/2019 a Indeterminado						120									(954)	
Energest	Controlada (**)		Diversos						1.740										
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2019 a 31/12/2038					3.464	2.534									(36.359)	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2019 a 31/12/2038					172	152									(1.418)	
São Manoel	Controlada em conjunto	107,58	26/04/2019 a 31/12/2047															(932)	
Prestação de serviços																			
Pecém TM	Controlada em conjunto		Indeterminado															(28.470)	
Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado						100									(4.919)	
								7.059	5.981									(37.777)	
																		(92.456)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)																			
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)																			
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2019															53	
																		426	
																		(94)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)																			
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 30/04/2020	6.010	4.279													1.550	
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 30/04/2020	1.225	1.336													1.142	
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 30/04/2020	1.311	1.349													430	
																		568	
																		474	
Contrato de serviços de consultoria																			
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2013 a 30/06/2020															288	
																		270	
																		234	
Adiantamento a consumidores																			
Energest	Controlada (**)		Indeterminado															1.848	
																		10.611	
																		8.515	
Contrato prestação de serviços (d)																			
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado															5.122	
ECE Participações	Controlada em conjunto (***)		01/01/2019 a 31/12/2022															7.322	
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022															31.853	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022															26.444	
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado															446	
Elebrás	Parte Relacionada		Indeterminado															446	
Cenaeel	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
JAU	Parte Relacionada		Indeterminado															446	
Aventura I	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020															446	
Babilônia I	Parte Relacionada		02/07/2018 a 02/07/2020																

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Controladora
Foi aprovada em AGO, realizada em 16 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com distribuição de: (i) R\$439.000 de Juros sobre o Capital Próprio, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2018; (ii) dividendos complementares no valor de R\$37.187; (iii) Reserva Legal no valor de R\$63.642; e (iv) Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$733.004. Após a realização da AGO, realizada em 25 de junho de 2019, os dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 01 de julho de 2019.

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R\$236.000, sendo R\$205.461 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia com data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:

	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Complementares	Adicionais	Intermediários	JSCP	Recebimentos/ Pagamentos	
Ativo							
Energest	7.788	11.827	39.285	8.992	18.354	(47.073)	20.819
Enepeixe	24.573	12.053	12.053	18.354	(36.626)	18.354	-
EDP Comercializadora	3.171			8.650	(3.171)	8.650	-
EDP São Paulo	56.350	23.384	136.524	59.677	(192.874)	83.061	-
EDP Espírito Santo	63.729	31.186	82.701	60.361	(113.729)	(32.701)	91.547
Lajeado Energia	15.906		35.292	31.404	15.798	(82.602)	-
EDP Transmissão	2.343	9.139	7.028				18.510
EDP Transmissão MA I	60	3.304				(60)	3.304
EDP Transmissão MA II		994					994
EDP Transmissão Aliança SC	601	5.965				(601)	5.965
EDP Transmissão SP-MG	183	15.205				(183)	15.205
Pecém TM	147	245					392
CEJA	4.950	2.035	20.950	9.053	(25.900)		11.088
CELESC	620		9.233	11.041	(9.091)	(762)	11.041
Porto Pecém				93.500			93.500
	180.421	103.284	343.066	31.404	285.426	(511.066)	(34.307)

	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Complementares	Adicionais	JSCP	Pagamentos	Reversão	
Passivo							
Acionistas não controladores	187.514		57.120	18.125	102.386	(203.801)	161.344
EDP International Investments and Services, S.L.	103.519		32.672	10.316	55.783	(113.835)	88.455
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	87.762		27.699	8.746	47.292	(96.508)	74.991
	378.795	117.491	37.187	205.461	(414.144)	324.790	

	Consolidado						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Complementares	Adicionais	Intermediários	JSCP	Pagamentos	
Ativo							
Pecém TM	147	245					392
Celesc	620	9.233	11.041			(9.091)	(762)
CEJA	4.950	2.035	20.950	9.053		(25.900)	11.088
	5.717	2.280	30.183	- 20.094	-	(34.991)	(762)
							22.521
Passivo							
CEB Lajeado	4.027	1.887	1.490	5.303		(11.536)	1.171
Paulista Lajeado Energia	1.409	661	522	1.856		(4.038)	410
Eletrobras	25.343	31.228	37.365	26.309	8.224	16.943	(89.017)
Governo do Tocantins	1.158	2.571	2.287	1.151		(6.016)	1.151
Furnas Centrais Elétricas	16.382		8.035	12.236			(24.417)
Celesc Geração	67	663					(67)
Acionistas não controladores	190.290	57.120	18.125	102.386			(203.801)
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	103.519	32.672	10.316	55.783			(113.835)
EDP International Investments and Services, S.L.	87.762	27.699	8.746	47.292			(96.508)
	429.957	149.382	87.706	30.608	234.231	16.943	(67)

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Nota	Circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018	31/12/2018	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		113	257		10.847	22.670	17.783	17.756
Descontos tarifários	16.1				76.262	69.010		
Bandeiras tarifárias - CCRBT						327		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2						8.055	8.055
Benefícios pós-emprego						260		339
Bens destinados à alienação/desativação		1.758	1.340		13.281	12.493		
Serviços em curso					5.196	3.676	491	95
Serviços prestados a terceiros		1	1.741		41.809	23.007	1.307	1.790
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR						990		
Convênios de arrecadação					5.388	5.164		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas								
Rendas a receber	12	5.481	7.322	22.004	13.744	14.305	3.027	904
Prêmio de risco - GSF	16.3				4.475	3.424		
Outros		9.733	7.183	2.675	2.749	3.291	22.682	27.685
Total		17.086	17.843	24.679	222.187	194.818	61.714	65.954

	Controladora				Consolidado			
	Nota	Circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018	31/12/2018	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					1.459	17.649		
Contribuição de iluminação pública	16.4				23.636	18.949		
Credores diversos - consumidores e concessionárias					42.297	52.080		17.757
Folha de pagamento		990	1.079		6.947	7.703		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.2				481	487	9.810	9.810
Cessão de créditos de ICMS					330	2.672		
Arrecadação de terceiros a repassar					13.205	11.646		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas								
Arrendamentos e alugueis	16.7	35.776	26.972	10.237	49.282	30.589	11.564	1.262
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.5	3.412	1.553		45.133	51.432		
Reserva para reversão e amortização	16.6	13.199	12.423		101.201	83.041		
Adiantamento de descontos tarifários	16.1				1.944	1.944	11.661	13.605
Outros		3.459	3.427	202	826	16.523	11.609	2.244
Total		56.836	43.901	11.992	6.488	306.483	238.369	86.711

16.1 Adiantamentos e descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

As resoluções de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Até abril de 2017, a responsabilidade pela administração dos recursos da CDE e os respectivos repasses era da Eletrobras. Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos passou a ser de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

	Competências	Valor mensal
Resolução Homologatória EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 2.432/18	Ago/18 a Jul/19	22.175
ANEEL nº 2.589/19	Ago/19 a Jul/20	24.352
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.469/18	Out/18 a Set/19	12.695
ANEEL nº 2.629/19	Out/19 a Set/20	8.663

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Descontos tarifários	Ressarcimento	
Subsídio Baixa Renda	8.369	43.268	(42.882)	8.755
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	41.128	187.573	(210.303)	18.398
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	2.142	6.653	(6.802)	1.993
Subsídio Rural	29.513	126.452	(122.168)	33.797
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/06	(10.219)	42.205	(35.205)	(3.219)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	5.517	42.520	(32.556)	15.481
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(7.440)	3.794	658	(2.988)
	69.010	452.465	(449.258)	72.217

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2019
Parcela mensal	21.042	19.718	40.760
Parcela de ajustes homologados (RH nº 2.589, de 16 de agosto de 2019)	26.484	(13.150)	13.334
Parcela de ajustes a homologar	9.934	(566)	9.368
Saldo subsídio baixa renda	4.344	4.411	8.755
	61.804	10.413	72.217

16.2 Modicidade tarifária - baixa renda - Consolidado

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento dos equipamentos de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a EDP São Paulo, nos períodos de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$19.464 (R\$19.458 em 31 de dezembro de 2018). O saldo a restituir aos consumidores em 31 de dezembro de 2019, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R\$10.291 (R\$10.297 em 31 de dezembro de 2018).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas, são exigidas medidas da EDP São Paulo com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da EDP São Paulo em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

A EDP São Paulo possui um saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 de R\$8.055 (R\$8.055 em 31 de dezembro de 2018), que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

16.3 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente.

A movimentação do exercício está demonstrado a seguir:

	Períodos de amortização		Saldo em 31/12/2018	Amortização	Transferência para Ativo Mantido para Venda	Saldo em 31/12/2019
	Jan/2015 a Mar/2019	Jan/2015 a Mar/2019				
Controladas						
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2019	27.691	(2.702)			24.989
Investo	Jan/2015 a Mar/2019	494	(49)			442
Energest	Jan/2015 a Fev/2024	2.791	(405)	(2.389)		-
Total		30.976	(3.156)	(2.389)	(2.389)	25.431

Circulante	3.291	2.749
Não circulante	27.685	22.682

16.4 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade dos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.5 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.6 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente. O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do não circulante para o circulante.

16.7 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 3.8.1), a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores a valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora							Saldo em 31/12/2019	% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas/Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras		Transferência	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos											
EDP São Paulo (*)	1.197.409			343.103	(230.116)		(66.908)		1.243.488	100,00	100,00
EDP Espírito Santo (*)	925.033			395.259	(152.199)		(113.904)		1.054.189	100,00	100,00
Lajeado Energia	167.362			87.405	(85.283)		(93)		169.391	55,86	55,86
Lajeado Energia (Mais Valia)	104.582			(2.683)				(1.600)	100.299	55,86	55,86
EDP Transmissão	16.151	30.900		37.790	(16.167)				37.774	100,00	100,00
EDP Transmissão MA I	6.593			13.914	(3.245)				48.162	100,00	100,00
EDP Transmissão MA II	2.958	25.726		5.230	(994)				32.920	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	13.632	12.150		25.117	(5.364)				45.535	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG	15.589	18.000		64.023	(15.023)				82.589	100,00	100,00
Enerpeixe	390.899		(48.000)	72.155	(33.646)				381.408	60,00	60,00
Energest (Nota 15)	192.343			115.593	(61.691)		(1.712)		-	100,00	100,00
EDP Comercializadora (*)	162.427	6.389		62.149	(10.176)			(244.533)	220.789	100,00	100,00
EDP Varejista	5.444			(583)					4.861	100,00	100,00
CEJA	413.241	36.000		46.688	(33.636)				462.293	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	174.791			(6.722)					168.069	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	314.733			(11.885)					302.848	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.573			(53)					1.520	50,00	50,00
Porto do Pecém	2.398.963			186.738	(110.000)				2.475.701	100,00	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	354.705			(24.072)					330.633	100,00	100,00
P. Pecém Transp. Minérios	3.804			1.031	(245)				4.590	50,00	50,00
Pecém Operações e Manutenção	251			184					435	50,00	50,00
Resende	21.189	20		(15)					21.194	100,00	100,00
EDP Grid	57.716	27.100		(1.651)					83.165	100,00	100,00
Celesc	473.610	36.321		46.500	(21.458)		(36.122)	1.474	500.325	23,56	23,56
São Manoel	642.197	19.334		(4.406)					657.125	33,334	33,334
EDP Ventures	-								2.311	2,311	100,00
	8.057.195	211.940	(48.000)	1.450.809	(779.243)		(218.739)	(126)	(242.222)	8.431.614	
Direito de Concessão (Nota 18.1.1)											
EDP São Paulo	14.212		(1.457)						12.755		
Enerpeixe	2.070		(116)						1.954		
Lajeado	73.929		(5.272)						68.657		
	90.211	-	(6.845)	-	-	-	-	-	83.366		
Total dos Investimentos	8.147.406	211.940	(54.845)	1.450.809	(779.243)		(218.739)	(126)	(242.222)	8.514.980	
Provisão para passivo a descoberto											
EDP Ventures	(66)	3.000		(623)					(2.311)	100,00	100,00
Mabe	(7.857)			(3.189)					(11.046)	50,00	50,00
	(7.923)	3.000	-	(3.812)	-	-	-	-	(2.311)	(11.046)	
Total de Provisão para passivo a descoberto	(7.923)	3.000	-	(3.812)	-	-	-	-	(2.311)	(11.046)	
Investimento líquido	8.139.483	214.940	(54.845)	1.446.997	(779.243)		(218.739)	(126)	(244.533)	8.503.934	
	Consolidado										
Investimentos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Equivalência Patrimonial		Dividendos/JSCP		Outros resultados abrangentes		Provisão para perdas		Saldo em 31/12/2019
EDP - Energias do Brasil											
Celesc	473.610	36.321		46.500		(21.458)		(36.122)		1.474	500.325
Pecém TM	3.804			1.031		(245)					4.590
Pecém Operações e Manutenção	251			184							435
CEJA	413.239	36.000		46.688		(33.636)					462.291
CEJA (Mais Valia)	174.791			(6.722)							168.069
Cachoeira Caldeirão	314.733			(11.885)							302.848
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.573			(53)							1.520
São Manoel	642.197	19.334		(4.406)							657.125
EDP Comercializadora											
BBCE	420	50									470
Total dos Investimentos	2.024.618	91.705		71.337		(55.339)		(36.122)		1.474	2.097.673
Provisão para passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2018	Adições	Equivalência Patrimonial		Dividendos/JSCP		Outros resultados abrangentes		Provisão para perdas		Saldos em 31/12/2019
Mabe	(7.857)			(3.189)							(11.046)
	(7.857)	-	-	(3.189)	-	-	-	-	-	-	(11.046)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(7.857)	-	-	(3.189)	-	-	-	-	-	-	(11.046)
Investimento líquido	2.016.761	91.705	-	68.148	-	(55.339)	-	(36.122)	-	1.474	2.086.627
Investimentos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Equivalência Patrimonial		Dividendos/JSCP		Outros resultados abrangentes		Provisão para perdas		Saldo em 31/12/2019
EDP - Energias do Brasil											
Celesc	473.610	36.321		46.500		(21.458)		(36.122)		1.474	500.325
Pecém TM	3.804			1.031		(245)					4.590
Pecém Operações e Manutenção	251			184							435
CEJA	413.239	36.000		46.688		(33.636)					462.291
CEJA (Mais Valia)	174.791			(6.722)							168.069
Cachoeira Caldeirão	314.733			(11.885)							302.848
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.573			(53)							1.520
São Manoel	642.197	19.334		(4.406)							657.125
EDP Comercializadora											
BBCE	420	50									470
Total dos Investimentos	2.024.618	91.705		71.337		(55.339)		(36.122)		1.474	2.097.673
Provisão para passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2018	Adições	Equivalência Patrimonial		Dividendos/JSCP		Outros resultados abrangentes		Provisão para perdas		Saldos em 31/12/2019
Mabe	(7.857)			(3.189)							(11.046)
	(7.857)	-	-	(3.189)	-	-	-	-	-	-	(11.046)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(7.857)	-	-	(3.189)	-	-	-	-	-	-	(11.046)
Investimento líquido	2.016.761	91.705	-	68.148	-	(55.339)	-	(36.122)	-	1.474	2.086.627

18.1.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 23.1.2).

18.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultados do exercício		
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018		
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital integralizado	Capital votante	Capital integralizado	Capital votante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018	
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	5.513.653	4.038.785	4.270.165	2.841.376	1.197.409	4.403.520	4.189.086	343.103	213.493
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	5.098.201	3.814.099	4.044.012	2.889.066	1.054.189	925.033	3.834.943	3.391.814	395.259
Energest	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	337.333	314.727	97.205	122.382	240.128	192.345	467.052	277.197	111.186
EDP PCH																	
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.288.695	1.346.202	669.538	683.294	619.157	662.908	838.100	573.234	152.486
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.778.367	912.990	853.784	86.512	924.583	826.478	23.275	93.377	41.682
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	2.031.331	2.126.044	1.395.650	1.474.546	635.681	651.498	407.564		

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	São Manoel				
	Passivo				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversões	Atualização	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	1	12.118	(5.638)	965	7.446
Outros	-	708	(157)		551
Total Não circulante	1	12.826	(5.795)	965	7.997

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alargamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem. Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alargamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alargamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

19.1.2.2 Risco de perda possível

	CEJA		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	Ativo		Ativo		Ativo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	880		14	12	16.007	95
Cíveis	19.935	17.597	4.313	4.372	3.011	3.149
Fiscais	711	642	124	118	16	118
Total	21.526	18.239	155	158	21.973	5.927

CEJA

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda julgamento do recurso interposto pela União. Em 31 de dezembro de 2019 o valor estimado da causa é de R\$19.808 (R\$17.003 em 31 de dezembro de 2018) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

São Manoel

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

19.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.3.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% na CEJA e 7,00% na Cachoeira Caldeirão e São Manoel que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidades com locações operacionais		208		75		1.683
Obrigações de compra						
Compra de Energia		8.019		3.973		59.901
Encargos de conexão e Transporte de Energia						95
Materiais e serviços		30.698		15.361		23.656
Prêmio de risco - GSF		65.915		73.060		27.216
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		87.428		246.789		254.593
		192.060		339.391		338.150
						437.244
						757.564
						1.125.666

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

20 Ativos da concessão

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2018	Transferência para o intangível	Transferência para o ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 20.1.1 e 34)	Remuneração	Valor líquido em 31/12/2019
Distribuição	391.428	(221.438)	(441.137)	640.622		386.297
Transmissão	427.234			1.830.238	156.255 (16.840)	2.831.347
	818.662	(221.438)	(441.137)	2.470.860	156.255 (16.840)	3.217.644
Circulante						17.405
Não circulante	818.662					3.200.239
	818.662					3.217.644

(*) O montante apresentado na coluna refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

20.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,7629%, que representa a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 23), conforme a forma de remuneração.

20.1.1 Adições

Dos investimentos realizados pela EDP Espírito Santo: (i) 43% foram destinados à instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, substabeleções e redes de distribuição para ligação de novos clientes; (ii) 22% foram destinados à melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil; (iii) 14% foram investidos em combate a perdas; e (iv) 21% foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais.

Dos investimentos realizados pela EDP São Paulo: (i) 32% foram destinados à instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, substabeleções e redes de distribuição para ligação de novos clientes; (ii) 29% foram destinados à melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil; (iii) 26% foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais; e (iv) 13% foram investidos em combate a perdas.

20.2 Transmissão

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47, ou seja, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de desempenho identificada no contrato com o cliente, em conjunto com a exigência de se classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Sob o alcance do CPC 47, as controladas de transmissão possuem um único contrato com cliente (concessão da linha de transmissão) com três obrigações de desempenho identificadas, quais são: (i) construir; (ii) operar e manter; e (iii) financiar o poder concedente. Desta forma, com base nas características contratuais, as controladas classificaram o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional bem como de condições futuras decorrentes de procedimentos de revisões tarifárias periódicas, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação do referido como ativo financeiro de acordo com o CPC 48. Por se tratar de contratos com clientes de longo prazo, as controladas identificaram que existe componente de financiamento significativo que é considerado para o cálculo do financiamento ao Poder Concedente, conforme mencionado acima.

A alocação de preço por obrigação de desempenho e as premissas utilizadas estão detalhada na nota 33.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

As controladas de transmissão receberão os ativos contratuais apenas do Poder Concedente, por meio de tarifa regulada denominada Receita Anual Permitida - RAP, que corresponde aos fluxos de caixa previstos no contrato de concessão.

21 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2018	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 4.3)	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo financeiro indenizável	2.308.855	441.137	292.655 (20.116)		(21.900)	3.000.631
Total Não circulante	2.308.855	441.137	292.655 (20.116)		(21.900)	3.000.631

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

22 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

	CEJA		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidades com locações operacionais		209		76		1.708
Obrigações de compra						
Compra de Energia		12.329		4.200		92.091
Encargos de conexão e Transporte de Energia						31.373
Materiais e serviços		26.997		16.798		21.240
Prêmio de risco - GSF		241.616		241.616		31.218
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		110.325		309.821		461.935
		391.267		572.644		527.666
						1.394.832
						1.560.027
						1.599.048

19.1.3.2 Garantias

Garantias	CEJA		Cachoeira Caldeirão (ii)		São Manoel (iii)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(i) Depósito Cauconado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	600.168	651.338	565.757	578.223	1.568.766	1.592.458
Debêntures			220.889	226.707	341.595	349.815
Ações judiciais			2.702			
Executante construtor					781	240
Outros	2.089	1.971	1.320	1.384		
	602.257	653.309	790.668	806.314	1.911.142	1.942.513

19.2 Coligada

Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu 3.945.820 ações preferenciais e 5.140.868 ações ordinárias que representavam 23,56% do capital social da CELESC. Conforme Comunicado ao Mercado em 02 de dezembro de 2019 (Nota 4.9), a Companhia adquiriu 691.700 de ações preferenciais, totalizando 4.637.520, representando 25,35% do capital social da CELESC.

A CELESC é uma sociedade de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a CELESC foi estruturada como Holding, com duas subsidiárias integrais: a CELESC Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 106,97 MW de capacidade e a CELESC Distribuição S.A., que atende mais de 3,0 milhões de clientes, para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da CELESC, extraídas das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2019, divulgadas ao mercado em 14 de novembro de 2019 e das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, divulgadas ao mercado em 29 de março de 2019, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela CELESC entre 1º de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Ativo	30/09/2019		31/12/2018		Passivo	30/09/2019		31/12/2018	
	Circulante		Circulante			Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	16.741	16.763	Dividendos e JCP a Pagar		71.767	39.524			
Tributos a recuperar	1.983	1.925	Outros passivos circulantes		1.760	2.193			
Dividendos a receber	22.971	48.006			73.527	41.717			
Outros ativos circulantes	27	203							
	41.722	66.897							
Não circulante			Não circulante		4.535	6.625			
Aplicações Financeiras			Provisões						
Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478			4.535	6.625			
Outros ativos não circulantes	23.791	22.282							
	161.269	159.760	Patrimônio líquido		1.973.569	1.800.856			
Investimentos	1.843.049	1.616.555							
Imobilizado	19	37							
Intangível	5.572	5.949							
Total do Ativo	2.051.631	1.849.198	Total do Passivo e Patrimônio líquido		2.051.631	1.849.198			

Demonstração do Resultado

	30/09/2019		31/12/2018	
Despesas e Receitas operacionais				
Resultado das participações societárias				
Resultado financeiro				
Resultado líquido do exercício				
19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante				
19.2.2.1 Risco de perda provável				

	30/09/2019		31/12/2018	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas	41	4.626	41	3.207
Cíveis	248	8.866	147	6.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Reversão	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	156			2.630	(288)					2.498
Máquinas e equipamentos	13.639			4.936	(3.738)				(6.202)	8.635
Veículos	228			533	(204)					557
Móveis e utensílios	2.288			378	(215)				(91)	2.360
Total do Imobilizado em serviço	16.311	-	-	8.477	(4.445)	-	-	-	(6.293)	14.050
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	8.217	693		(2.248)			(2.274)		4.388
Equipamentos de informática	-	4				(4)				-
Veículos	-	445	1		(223)					223
Total Ativos de direito de uso	-	8.666	694	-	(2.471)	(4)	-	(2.274)	-	4.611
Imobilizado em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-			(2.630)				2.630		-
Máquinas e equipamentos	15.216		1.980	(4.936)		(1.270)		(2.191)		8.799
Outros	207		39	(911)		(35)		700		-
Total do Imobilizado em curso	15.423	-	2.019	(8.477)	-	(1.305)		1.139	-	8.799
Total do Imobilizado	31.734	8.666	2.713	-	(6.916)	(1.309)		1.139	(2.274)	(6.293)

	Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Transferência para Ativo mantido para venda	Reclassificação	Reversão	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço											
Terrenos	180.475			3.249		(28)		(1)			183.695
Reservatórios, barragens e adutoras	1.298.231			1.634	(36.695)			(19.160)			1.244.010
Edificações, obras civis e benfeitorias	700.806			4.691	(26.415)			(6.006)	9.430		682.506
Máquinas e equipamentos	4.109.131			212.453	(264.719)	(7.941)		(168.261)	108	1	3.880.772
Veículos	3.654			980	(890)	(99)		(270)			3.375
Móveis e utensílios	6.585			2.377	(775)			(674)		1	7.514
Total do Imobilizado em serviço	6.298.882	-	-	225.384	(329.494)	(8.068)		(194.372)	9.538	-	2
Ativos de direito de uso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	40.778	36.625		(16.403)			(349)		(5.977)	54.674
Equipamentos de informática	-	3.481			(1.591)	(1.834)					56
Máquinas e equipamentos	-	19.636			(5.448)						14.188
Veículos	-	16.625	3.074		(9.079)			(379)			10.241
Total Ativos de direito de uso	-	80.520	39.699	-	(32.521)	(1.834)		(728)	-	(5.977)	-
Imobilizado em curso											
Terrenos	23.018		2.132	(3.249)		(592)		3.231			24.540
Reservatórios, barragens e adutoras	4.851		51	(1.634)				(3.217)			51
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.702		945	(4.691)				4.285			2.241
Máquinas e equipamentos	250.261		65.137	(212.453)		(15.697)		(3.395)		20.235	104.088
Adiantamento a fornecedores	22.914		30.773			(6.741)		(9.491)			37.455
A reatear	8		861					(189)			680
Outros	60.348		12.205	(3.357)		(760)		(1.243)		(11.222)	55.971
Total do Imobilizado em curso	363.102	-	112.104	(225.384)	-	(23.790)		(4.638)	3.632	-	-
Total do Imobilizado	6.661.984	80.520	151.803	-	(362.015)	(33.692)		(199.738)	13.170	(5.977)	2

23 Intangível
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

23.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,52	25.337	(15.760)	9.577	33,75	22.858	(11.661)	11.197
Total do Intangível em serviço	25,337	(15.760)	9.577	22.858	(11.661)	11.197		
Intangível em curso								
Administração		21.064		21.064		18.468		18.468
Total do Intangível em curso	21,064	-	21.064	18.468	-	18.468		18.468
Total do Intangível	46,401	(15.760)	30.641	41.326	(11.661)	29.665		

	Consolidado								
	31/12/2019				31/12/2018				
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura	23.1.1	4,48	4.564.417	(3.091.773)	1.472.644	4,58	4.459.756	(2.942.081)	1.517.675
Direito de concessão - Outros	23.1.2	3,82	38.143	(25.388)	12.755	3,82	38.143	(23.931)	14.212
		4,602.560	(3.117.161)	1.485.399	4.497.899	(2.966.012)	1.531.887		
Geração e Transmissão									
Software		16,06	2.028	(1.756)	272	9,16	2.355	(1.908)	447
Servidão permanente		38,23	1.224	(604)	620	20,80	1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças ambientais		23,38	70.443	(31.270)	39.173	17,30	45.581	(24.014)	21.567
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	23.1.3	3,27	171.560	(79.152)	92.408	3,27	171.560	(73.540)	98.020
Direito de concessão - Outros	23.1.2	3,42	1.126.633	(521.507)	605.126	5,15	1.062.782	(482.982)	579.800
		1,371.888	(634.289)	737.599	1.283.502	(583.048)	700.454		
Sistema de Transmissão de Conexão									
Servidão permanente		3,19	1.132	(256)	876	6,53	1.243	(312)	931
		1,132	(256)	876	1.243	(312)	931		
Administração									
Software		20,85	38.237	(23.633)	14.604	29,08	34.815	(19.627)	15.188
Outros		29,63	6.838	(6.838)	-	29,63	6.838	(6.752)	86
		45,075	(30.471)	14.604	41.653	(26.379)	15.274		
Total do Intangível em serviço		6.020.655	(3.782.177)	2.238.478	5.824.297	(3.575.751)	2.248.546		

	Nota	Consolidado							
		31/12/2019				31/12/2018			
		Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em curso									
Geração			17.433		17.433		17.403		17.403
Administração			39.926		39.926		28.499		28.499
Total do Intangível em curso			57.359	-	57.359		45.902	-	45.902
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	23.1.4	4,66	940.511	(616.018)	324.493	4,66	940.510	(574.784)	365.726
(-) Provisão para manutenção de dividendos	23.1.4	4,66	(940.511)	616.018	(324.493)	4,66	(940.510)	574.784	(365.726)
			-	-	-		-	-	-
Goodwill									
EDP Soluções	23.1.5		29.646		29.646		31.804		31.804
			29.646	-	29.646		31.804	-	31.804
Total do Intangível			6.107.660	(3.782.177)	2.325.483		5.902.003	(3.575.751)	2.326.252

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Transferências dos ativos da concessão	Amortização	Baixas	Transferência para Ativo mantido para venda	Reclassificação	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço										
Software	15.634		5.840		(5.778)			(820)		14.876
Servidão permanente	1.551				(55)					1.496
Direito de concessão - Licenças ambientais	21.568		28.011		(10.197)			(209)		39.173
Direito de concessão - Infraestrutura	1.517.675			221.438	(232.206)	(46.625)			12.362	1.472.644
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	98.020				(5.612)					92.408
Direito de concessão - Outros	594.012	63.851			(39.982)					617.881
Outros intangíveis em serviço	86				(86)					-
Total do Intangível em serviço	2.248.546	63.851	33.851	221.438	(293.916)	(46.625)		(1.029)	12.362	2.238.478
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	45.902	52.411			(33.851)			(2.926)	(60)	57.359
Total do Intangível em curso	45.902	52.411			(33.851)	-	-	(4.117)	(60)	57.359
Goodwill										
Goodwill	31.804				(2.158)					29.646
Total do Intangível	2.326.252	116.262				221.438	(293.916)	(52.900)	(3.955)	2.325.483

24 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica (i)	24.1		710.035	652.331
Energia livre	24.2		122.792	115.879
Encargos de uso da rede elétrica			126.687	100.820
Operações CCEE	24.3		512.012	360.998
Materiais e serviços	24.4	13.970	18.542	633.375
Total		13.970	18.542	2.104.901

(

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Debêntures**25.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora													
												31/12/2019			31/12/2018			Total	Circulante	circulante	Não Circulante	Total	Circulante	circulante	Não Circulante
												Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante								
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	179.887	1	179.887	2ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2021	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3201% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,8201% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestral		4.042	51.799	91.778	147.619	5.053	69.881	139.761	214.695						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		1.611		57.557	59.168	1.341		56.016	57.357						
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal			(289)	(667)	(956)		(645)	(801)	(1.446)						
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		6.237		284.953	291.190	4.626		277.324	281.950						
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal				(2.484)	(2.484)			(3.678)	(3.678)						
Total												11.890	-	51.510	431.137	494.537	11.020	-	69.236	468.622	548.878				
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado													
												31/12/2019			31/12/2018			Total	Circulante	circulante	Não Circulante	Total	Circulante	circulante	Não Circulante
												Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante								
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	17.680	10	176.800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,50% a.a. até 25/02/2016 CDI + 1,80% a.a. a partir de 26/02/2016 (i)	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral		1.709		70.720	72.429	3.859		70.720	70.720	145.299					
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(599)		27/08/2014 a 27/08/2020			Amortização mensal				(20)	(20)			(67)	(20)	(87)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	10	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		2.352		76.000	114.000	192.352	2.870		190.000	192.870					
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal				(264)	(150)	(414)			(742)	(742)					
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	22.000	10	220.000	6ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral.		5.688		110.000	110.000	225.688	6.554		220.000	226.554					
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.289)		20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal				(275)	(14)	(289)			(810)	(810)					
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		4.971		197.056	202.027	3.561		191.196	194.757						
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(2.284)	(2.284)			(2.739)	(2.739)						
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	30/03/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		3.989		300.000	303.989					-					
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo									Amortização mensal				(908)	(908)					-					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral				-	447		36.001		36.448						
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(2.413)		30/04/2014 a 30/04/2019			Amortização mensal								(41)	(41)						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	10	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		2.476		60.001	90.000	152.477	2.266		150.000	152.266					
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal				(196)	(139)	(335)			(600)	(600)					
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	20.000	10	200.000	8ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral		5.171		100.000	100.000	205.171	5.958		200.000	205.958					
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.183)		20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal				(250)	(13)	(263)			(742)	(742)					
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		7.001		268.834	275.835	4.873		261.637	266.510						
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(3.069)	(3.069)			(3.680)	(3.680)						
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	30/03/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		2.652		200.000	202.652					-					
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo									Amortização mensal				(728)	(728)					-					
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Energist	Instrução CVM nº 476/09	5.400	10	54.000	2ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI + 2,65% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2018 e juros semestral				-	537		21.600	10.800	32.937						
(-) Custos de emissão	Energist				(640)		20/04/2016 a 20/04/2020			Amortização mensal								(90)	(14)	(104)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	179.887	1	179.887	2ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2021	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3201% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,8201% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestral		4.042	51.799	91.778	147.619	5.053	69.881	139.761	214.695						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		1.611		57.557	59.168	1.341		56.016	57.357						
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal			(289)	(667)	(956)		(645)	(801)	(1.446)						
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		6.237		284.953	291.190	4.626		277.324	281.950						
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal				(2.484)	(2.484)			(3.678)	(3.678)						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	Instrução CVM nº 476/09	45.000	10	450.000	1ª emissão em 25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03/05/2013	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de outubro/2017 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				-	1.061	150.030		151.091						
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia				(3.118)		25/11/2013 a 25/11/2019			Amortização mensal								(188)	(188)						
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	1ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2020	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	109% do CDI a.a.	Principal em parcela única em dezembro/2020 e juros semestral		285	100.000	100.285	376			100.000	100.376						
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		597		200.000	200.597	785		200.000	200.785						
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				(37)	(481)	(518)			(824)	(824)					
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Lajeado Energia	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		1.013		100.000	101.013	729		100.000	100.729						
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal				(417)	(417)			(334)	(334)						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	4ª emissão em 19/11/2019	19/11/2019 a 19/11/2020	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento		493	100.000	100.493					-						
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia						19/11/2019 a 19/11/2020			Amortização mensal				(43)	(43)				-						
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	380	106.645	213.355	320.380	549		320.000	320.549						
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(2.938)		22/11/2016 a 22/05/2020			Amortização mensal								(540)	(540)						
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		1.222		255.000	256.222	212		255.000	255.212						
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal				(468)	(445)	(913)			(1.420)	(1.420)					
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Porto do Pecém	Instrução CVM nº 476/09	33.000	10	330.000	1ª emissão em 14/11/2016	14/11/2016 a 14/11/2021	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID	CDI + 2,95% a.a.	Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	3.061	165.000	165.000	333.061	3.719		330.000	333.719						
(-) Custos de emissão																									

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2 Movimentação das debêntures

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	69.881	(71.788)		51.784		1.922	51.799
Juros	11.020	(46.562)	45.361			2.071	11.890
Custo de transação	(645)			(1.328)	1.684		(289)
	80.256	(118.350)	45.361	50.456	1.684	3.993	63.400
Não circulante							
Principal	473.101			(51.784)		12.971	434.288
Custo de transação	(4.479)			1.328			(3.151)
	468.622	-	-	(50.456)	-	12.971	431.137

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante								
Principal	523.232	350.000	(448.438)		850.949		1.922	1.277.665
Juros	64.406		(347.291)	365.973			2.286	96.419
Custo de transação	(1.571)	(502)			(18.616)	17.811		(2.878)
	586.067	349.498	(795.729)	365.973	843.378	17.811	4.208	1.371.206
Não circulante								
Principal	4.390.314	1.300.000		13.057	(850.949)		57.375	4.909.797
Juros	8.133			31.661	(11.045)		(920)	27.829
Custo de transação	(80.969)	(58.758)			18.616			(121.111)
	4.317.478	1.241.242	-	44.718	(843.378)	-	56.455	4.816.515

25.3 Vencimento das parcelas

	Controladora		Consolidado	
Vencimento				
Circulante				
2020			63.400	1.371.206
			63.400	1.371.206
Não Circulante				
2021			258.455	864.204
2022			140.727	526.863
2023			15.957	503.114
2024			15.998	975.782
2025				473.956
2026 até 2039				1.472.596
			493.137	4.816.515
			494.537	6.187.721

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG e Porto do Pecém encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;

- (ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e
- (iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.
- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do rating da Emissão em 2 ou mais notches; e
 - (ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.
- Controladas**
- (i) EDP São Paulo (5ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA ajustado⁽ⁱ⁾, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano.
- (ii) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado⁽ⁱ⁾, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano.
- (iii) EDP Espírito Santo (3ª emissão): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida Bruta em relação ao EBITDA ajustado⁽ⁱ⁾ na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5.
- (iv) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado⁽ⁱ⁾ na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5.
- (v) EDP Espírito Santo (3ª emissão) e EDP São Paulo (5ª emissão): protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de boa fé em valor individual igual ou superior a R\$75.000 e/ou não tenha sido sanado em 30 dias, contados da sua intimação.
- (vi) EDP São Paulo (8ª emissão) e EDP Espírito Santo (6ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.
- (vii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000.
- (viii) Lajeado (1ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano.
- (ix) Lajeado (2ª e 3ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano.
- (x) Lajeado (1ª emissão): perda da concessão, desde que tal perda não ultrapasse 10% de sua receita líquida, e desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações para as demais emissões.
- (xi) Lajeado (1ª emissão): extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total.
- (xii) Lajeado (1ª emissão): notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.
- (xiii) Lajeado (1ª, 2ª e 3ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuzamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.
- (xiv) Porto do Pecém (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,2 vezes a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2017; e (b) pela Fidora (EDP - Energias do Brasil), do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes.
- (xv) Enerpeixe (1ª emissão): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.
- (xvi) Enerpeixe (2ª e 3ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.
- (xvii) EDP Transmissão (1ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária: (a) da Emissora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$10.000; e/ou (b) da Garantidora (EDP - Energias do Brasil), cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000.
- (xviii) EDP Transmissão (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do ICSD Ajustado em valor igual ou superior a 1,2 vezes, apurado anualmente, sendo a primeira apuração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021; (b) pela Garantidora (EDP - Energias do Brasil), da relação entre Dívida Líquida por EBITDA em valor igual ou inferior a 3,5 vezes, apurado semestralmente, sendo a primeira apuração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.
- (xix) EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (1ª e 2ª emissões): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.
- (xx) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.
- (xxi) EDP Transmissão SP-MG (1ª e 2ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.
- (*) O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

26 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

26.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado								
											31/12/2019		31/12/2018		Total	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP São Paulo	150.000	29/05/2015	150.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	-	476	75.000	-	-	75.476			
Eletrobras LPT - ECFS 184/07	EDP São Paulo	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	-	-	1.095	-	-	1.095			
BNDES - BB/CALC	EDP São Paulo	200.369	29/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	-	9	2.434	-	-	2.443			
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.613	42.915	97.975	143.503	3.890	41.061	139.226	184.177	
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024						(178)	(243)	(421)		(195)	(421)	(616)		
Notas Promissórias (4ª Emissão)	EDP São Paulo	130.000	19/07/2017	130.000	19/07/2017 a 19/07/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	107,5% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final		-	14.304	130.000	-	-	144.304			
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2017	(90)	19/07/2017 a 19/07/2019						-	-	(23)	-	-	(23)			
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final		7.771	300.000	307.771	-	-	-			
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024							(457)	(457)	-	-	-			
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a) Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devido; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	13.226	26.347	130.077	169.650	970	5.830	8.746	153.151	168.697
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025						(626)	(1.332)	(1.958)		(709)	(1.956)	(2.665)		
Banco ABC - Cédula de Crédito Bancário	EDP São Paulo	90.000	07/11/2018	90.000	07/11/2018 a 05/05/2019	Capital de Giro		CDI + 0,95% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		-	924	90.000	-	-	90.924			
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		07/11/2018	(674)	07/11/2018 a 05/02/2019						-	-	(338)	-	-	(338)			
BNDES - BB/CALC	EDP Espírito Santo	177.468	29/01/2009	155.228	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	-	4	1.177	-	-	1.181			
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	2.778	42.119	95.515	140.412	3.536	40.069	135.758	179.363	
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação		(199)	(243)	(442)		(229)	(442)	(671)		
Eletrobras LPT - ECFS 181/07	EDP Espírito Santo	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/04/2020	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	11	1.887	1.898	-	4.529	1.510	6.039		
Eletrobras LPT - ECFS 258/09	EDP Espírito Santo	56.737	28/08/2009	20.687	30/01/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	18	1.921	1.625	3.564	-	1.702	3.404	5.106	
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	100.000	29/05/2015	100.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,19%	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	-	317	50.000	-	-	50.317			
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a) Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mais subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	12.807	31.248	139.508	183.563	1.081	5.928	9.744	167.668	184.421
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação		(477)	(1.030)	(1.507)		(538)	(1.507)	(2.045)		
BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	2.692	130.244	670.084	803.020	3.064	122.750	797.880	923.694	
(-) Custo de transação	Porto do Pecém		10/06/2009	(1															

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira, conjuntamente com as operações de *swap/hedge*, foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

O valor total referente as garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas mencionados acima na Companhia é de R\$2.843.187 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.444.026 em 31 de dezembro de 2018) e no consolidado R\$3.028.718 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.526.204 em 31 de dezembro de 2018).

26.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos/ Recebimentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Variação monetária líquida e cambial	Valor 31/12/2019
Circulante										
Principal	794.759	262.594	(1.014.848)	355	512.711	(2.255)			20.471	573.787
Juros	35.105		(178.139)	162.410	25.384			1.099	1.099	45.859
Custo de Transação	(2.840)				(2.229)			1.582	1.313	(2.174)
Swap	(21.855)		36.180	4.559		(670)			(18.214)	-
	805.169	262.594	(1.156.807)	167.324	535.866	(2.925)	-	1.582	4.669	617.472
Não circulante										
Principal	1.717.080	412.134			(512.783)		2.722		11.559	1.630.712
Juros	39.789			17.609	(25.312)		2.044		409	34.539
Custo de Transação	(6.786)	(1.049)			2.229					(5.606)
	1.750.083	411.085	-	17.609	(535.866)	-	4.766	-	11.968	1.659.645

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado			
	Nacional			
Circulante				
2020				617.472
				617.472
Não circulante				
2021				471.843
2022				246.139
2023				206.645
2024				520.836
2025 até 2029				163.461
2030 até 2034				45.299
2035 até 2039				5.422
				1.659.645
Total				2.277.117

27 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest e Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PSAP Bandeirante			8.511	7.660	150.978	53.994
Programas assistenciais				4		197
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			534	567	43	669.597
Assistência médica e seguro de vida			37.384	41.092	717.631	
Contribuição definida	26	13	202	119		
	26	13	46.631	49.442	868.652	723.788

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2017 a Energest possuía planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Ener sul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. Contudo, durante o exercício de 2018, a Energest realizou a retirada do patrocínio dos planos, liquidando de forma antecipada todas suas obrigações correspondentes aos mesmos.

27.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Salgado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salgado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:
 • Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no exercício, com o montante de R\$2.255 (R\$2.706 em 2018).

EDP Espírito Santo

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Espírito Santo e Energest

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

27.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Com base neste conceito, a avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2019 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD no montante de R\$1.554 e uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS nos montantes de R\$ 16.954 e R\$144.089 respectivamente, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$159.489.

Para a EDP Espírito Santo e para a Energest, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresentava-se superavitário. Todavia, este superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas atuariais estabelecidas no CPC 33 (R1).

27.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(899.870)	936.243	(98.042)	(61.669)
Custo do serviço corrente	1.751			1.751
Custo dos juros	(86.622)	90.679	(9.667)	(5.610)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	(248.571)	115.041	32.154	(101.376)
Contribuições pagas pela Companhia		7.415		7.415
Contribuições pagas pelos empregados	(2.984)	2.984		-
Benefícios pagos pelo plano	53.850	(53.850)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.182.446)	1.098.512	(75.555)	(159.489)

A perda atuarial no valor presente das obrigações de R\$101.376, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa de desconto.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para o exercício de 2020 são de R\$8.511.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2019, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$165.036 (perda atuarial de R\$98.128 em 31 de dezembro de 2018).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(158.567)	283.459	(126.229)	322
Custo do serviço corrente	(94)			(94)
Custo dos juros	(18.848)	31.605	(12.862)	(105)
Ganhos/(perdas) atuariais	(31.142)	43.616	(12.351)	123
Contribuições pagas pela Companhia		12		12
Benefícios pagos pelo plano	17.978	(17.978)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(190.673)	340.714	(151.442)	258

Por situação superavitária, são esperadas compensações das contribuições da EDP Espírito Santo para estes benefícios o exercício de 2020 de R\$2.097. Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.069 (perda atuarial de R\$1.150 em 31 de dezembro de 2018).

Energest

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(93)	206	(98)	15
Custo do serviço corrente	(4)			(4)
Custo dos juros	(9)	17	(10)	(2)
Rendimento esperado dos ativos		(82)		(82)
Ganhos/(perdas) atuariais	54			54
Contribuições pagas pela Companhia		(27)		(27)
Benefícios pagos pelo plano	1	(1)		-
Mudança na recuperação do superávit			49	49
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(51)	113	(59)	3

Por situação superavitária deste plano, são esperadas compensações das contribuições da Energest para no exercício de 2020 de R\$27.

27.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energest Escelsos II
	PSAP		Plano I	Plano II	
Circulante					
2020		58.476	12.378	4.932	1
		58.476	12.378	4.932	1
Não circulante					
2021		61.683	12.544	5.096	2
2022		64.446	12.682	5.257	1
2023		67.467	12.788	5.411	2
2024		70.449	12.859	5.559	3
2025 a 2029		404.598	63.928	29.699	18
		668.643	114.801	51.022	26
Total		727.119	127.179	55.954	27

27.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energest	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Custo do serviço							
Custo do serviço corrente		1.233	1.073	94	137	4	4
Custo dos juros	35	5.610	2.352	105	94	2	5
Contribuições esperadas dos empregados		(2.984)	(3.497)		(40)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		3.859	(72)	199	191	6	9
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido							
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(115.041)	(15.878)	(43.616)	4.096	82	(14)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas					(968)		
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		20.364	26.598	1.677	819	(81)	(16)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		228.207	43.054	29.465	5.680	27	12
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(32.154)	(12.674)	12.351	(9.644)	(15)	(8)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		101.376	41.100	(123)	(17)	13	(26)
Total		105.235	41.028	76	174	19	(17)

27.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado Ativo	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energest	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Alocação %		Alocação %		Alocação %	
Títulos de dívida	Cotado	95,97%	95,83%	93,69%	94,54%	85,58%	87,80%
Ações	Cotado	3,32%	3,21%	5,51%	4,55%	13,41%	11,08%
Imóveis	Cotado	0,71%	0,96%	0,80%	0,91%	1,01%	1,12%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da Companhia nos seguintes montantes:

	31/12/2019				31/12/2018			
	PSAP	Plano II			PSAP	Plano II		
	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	Energest	Total	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	Energest	Total
Ações - EDP - Energias do Brasil	388	283	10	681	86	63	1	150
Total								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota		EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Custo do serviço								
Custo do serviço corrente			2.817	3.454	88	72	54	45
Custo dos juros	35		59.700	78.125	1.209	1.596	95	80
Custo do serviço passado			(134.376)		(2.797)			
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado			(71.859)	81.579	(1.500)	1.668	149	125
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras			9.620	(158.617)	(1.102)	(4.168)	39	5
			163.085	43.725	3.684	986	305	69
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes			172.705	(114.892)	2.582	(3.182)	344	74
Total			100.846	(33.313)	1.082	(1.514)	493	199

27.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP Espírito Santo							
	AIA		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Participantes ativos	13	18	233	245			782	705
Participantes assistidos								
Aposentados e pensionistas			2.709	2.813	1.285	1.299	48	47
			-	-	1.285	1.299	48	47
Total	13	18	2.942	3.058	1.285	1.299	830	752
	Energest							
	Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Participantes ativos	6	6			28	30	35	36
Participantes assistidos								
Aposentados e pensionistas	46	54	22	26				
	46	54	22	26	-	-	-	-
Total	52	60	22	26	28	30	35	36

27.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	EDP Espírito Santo				Energest				Investco					
	Assistência Médica		Outros benefícios a aposentados		Seguro de Vida		Assistência Médica		Outros benefícios a aposentados		Seguro de Vida		Assistência Médica	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pressupostos Centrais	638	661.189	10.795	82.136	13.038		239	1.179	1.426					
Taxa de desconto														
Aumento em 0,5%	637	622.762	9.593	77.777	12.177		204	1.086	1.341					
Redução em 0,5%	639	703.555	12.209	86.944	13.991		280	1.283	1.519					
Mortalidade														
Se os membros do plano fossem um ano mais novos do que sua idade real	638	694.079	11.067	83.565	13.627		244	1.161	1.430					

27.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	EDP Espírito Santo				Energest				Investco					
	AIA		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.	
Crescimentos salariais futuros	4,90% a.a.		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Crescimento dos planos de benefícios	4,03% a.a.		n/a		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.	
Inflação médica de longo prazo	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Inflação	4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.	
Fator de envelhecimento	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	

Demográficas

	EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	EDP Espírito Santo				Energest				Investco					
	AIA		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.	
Crescimentos salariais futuros	5,40% a.a.		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Crescimento dos planos de benefícios	4,52% a.a.		n/a		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.	
Inflação médica de longo prazo	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Inflação	4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.	
Fator de envelhecimento	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	

Demográficas

	EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	EDP Espírito Santo				Energest				Investco					
	Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.		7,56% a.a.	
Crescimentos salariais futuros	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Crescimento dos planos de benefícios	n/a		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.	
Inflação médica de longo prazo	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	
Inflação	6,11% a.a.		6,11% a.a.		6,11% a.a.		6,11% a.a.		6,11% a.a.		6,11% a.a.		6,11% a.a.	
Fator de envelhecimento	4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.		4,03% a.a.	
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	

Demográficas

	EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2019				2018									
	Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Taxa de desconto - nominal					7,56% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.		9,83% a.a.	
Inflação médica de longo prazo					10,27% a.a. em 2020, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2028		10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2027		10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2027		10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2027		10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2027	
Inflação					4,03% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.		4,52% a.a.	
Fator de envelhecimento					n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	

Demográficas

	EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

28 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

	Consolidado					
	Saldo em		Atualização Monetária		Ativo mantido para venda	
	Nota	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Quota de reserva global de reversão - RGR		240	4.365	(3.455)	(788)	(362)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	28.1 e 33	51.767	1.259.418	(1.311.185)		-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	33	5.312	22.667	(23.684)		(629)
Encargos tarifários (ECE/ EAEFE)	7.3	31.428	20			31.448
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	28.2 e 33	78.225	103.640	(115.009)	1.851	(1.501)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	8, 28.3 e 33	-	40.569	(40.569)		-
Outros encargos		1.907	14.412	(14.803)		(51)
Total		168.879	1.445.091	3.173	(1.508.705)	1.063
Circulante		154.262				98.155
Não circulante		14.617				8.803

28.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Referem-se aos valores a repassar à CDE, anuidos pela ANEEL com repasses encerrados no exercício, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	Montante total	Valor cota mensal	Competência	Montante total	Valor cota mensal	Competência
	Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.231/17					
CDE - Energia (Conta ACR)	425.724	16.172	Abril de 2017 a Março de 2018	270.354	10.270	Abril de 2017 a Março de 2018
		21.060	Abril de 2018 a Fevereiro 2019	13.374		Abril de 2018 a Fevereiro de 2019
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.521/19						
CDE - Energia (Conta ACR) (*) (**)	126.360	21.060	Março de 2019 a Agosto de 2019	78.186	13.031	Março de 2019 a Agosto de 2019

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A.. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposto sucesso contratual e sucesso empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$41.180 (R\$35.349 em 31 de dezembro de 2018).

Lajeado, Investco, Enerpeixe e Porto do Pecém

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interps recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado (R\$165.739 em 31 de dezembro de 2018).

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 31.1.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$112.346 (R\$96.524 em 31 de dezembro de 2018).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 da EDP Espírito Santo é de R\$73.244 (R\$63.872 em 31 de dezembro de 2018) e da EDP São Paulo é de R\$164.589 (R\$141.283 em 31 de dezembro de 2018).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 da EDP Espírito Santo é de R\$13.694 (R\$11.755 em 31 de dezembro de 2018) e da EDP São Paulo é de R\$15.184 (R\$13.034 em 31 de dezembro de 2018).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$20.557 (R\$17.939 em 31 de dezembro de 2018).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário - CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº 32.905/17 que prorroga o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2019 a ação possui o valor estimado total de R\$107.193 (R\$96.274 em 31 de dezembro de 2018). A variação no exercício é decorrente da revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

31.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussões administrativas e judiciais relativas a não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendarários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$22.431 (R\$21.921 em 31 de dezembro de 2018). Os processos aguardam julgamento nas esferas administrativa.

EDP São Paulo

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$121.905 (R\$180.649 em 31 de dezembro de 2018). A redução do valor se deu em razão da reavaliação e segregação dos valores, os quais foram distribuídos em favorável, possível e remoto. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas de 2007 e 2012, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$35.570 (R\$34.655 em 31 de dezembro de 2018). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$39.064 (R\$38.273 em 31 de dezembro de 2018). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$211.901 (R\$207.768 em 31 de dezembro de 2018), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias n's 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$76.339 (R\$75.355 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2019 é de R\$75.128 (R\$63.187 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente os processos aguardam julgamento.

• Ação judicial que assegura o direito de não incluir o valor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições ao programa de integração social (PIS) e ao financiamento da seguridade social (COFINS). A EDP São Paulo obteve decisão favorável transitada em julgado e adotará as medidas cabíveis para habilitação do crédito junto a Receita Federal.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$174.531 (R\$164.452 em 31 de dezembro de 2018). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a não consideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos seguros empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2019 importam em R\$8.527 (R\$8.386 em 31 de dezembro de 2018) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de postejamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2019 totalizam o montante de R\$109.961 (R\$107.897 em 31 de dezembro de 2018). Deste montante, destaca-se o valor de R\$91.880 (R\$89.266 em 31 de dezembro de 2018) decorrente da lavratura de 123 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$176.552 (R\$174.124 em 31 de dezembro de 2018). A EDP Espírito Santo apresentou as defesas, tendo obtido êxito em um dos processos. Os demais aguardam julgamento. Adicionalmente, o aumento apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2019 deve-se, principalmente à EDP São Paulo, no montante de R\$53.801 referente ao processo nº 2009.50.01.01013-6, constituído em julho de 2019, sobre a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Comercializadora

• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$17.621 (R\$16.935 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente os processos aguardam julgamento.

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/PI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$ 22.789 em 31 de dezembro de 2019.

Lajeado

• Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ação gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$130.583 (R\$110.206 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

Enerpeixe

• Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTF's retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$113.874 (R\$102.938 em 31 de dezembro de 2018). A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$57.512 (R\$54.935 em 31 de dezembro de 2018). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

• Processo Administrativo nº 10314-726111/2014-73, objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2009, em razão das deduções realizadas a título de JSCP da base de apuração. A Enerpeixe obteve decisões favoráveis em primeira e segunda instância administrativa. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.388 (R\$19.188 em 31 de dezembro de 2018).

• Processo nº 2014/6870/500317, no âmbito da Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$4.709 (R\$4.436 em 31 de dezembro de 2018). O auto de infração foi julgado procedente na esfera administrativa com o encerramento do processo, dando continuidade da discussão na esfera judicial, o Estado ajuizou a Execução Fiscal, objetivando a cobrança do referido débito. A Enerpeixe apresentou defesa e aguarda julgamento.

Porto do Pecém

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$90.292 (R\$83.050 em 31 de dezembro de 2018), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento.

31.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 na Controladora é de R\$5.378 (R\$3.350 em 31 de dezembro de 2018) e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Soluções, EDP Comercializadora, EDP Transmissão, EDP Transmissão TMA II, EDP Transmissão SP-MG, EDP GRID, Enerpeixe, Porto do Pecém e Investco é de R\$50.362 (R\$54.512 em 31 de dezembro de 2018). Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade dos saldos, procedemos a divulgação da ação mencionada abaixo.

31.1.3.1 Fiscais

A EDP São Paulo, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou em 21 de janeiro de 2011 dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos efeitos dos Decretos n's 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 13 de maio de 2013, a Fazenda Estadual interps recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019, nos termos dos Decretos, é de R\$603.528 (R\$535.448 em 31 de dezembro de 2018). O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.

31.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2019 Circulante e Não circulante de R\$111.362 (R\$25.062 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs e UTE, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

A variação do exercício é decorrente, substancialmente, dos ingressos de R\$73.343 das controladas de transmissão que obtiveram as liberações de Licenças Prévias e de Instalação cedidas nos respectivos órgãos de cada estado em que a Linha de Transmissão está aloçada (Nota 4.4).

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. As controladas realizaram o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto as taxas compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidroelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitir ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$1.021.021 (R\$53.599 em 2018). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado, Intangível e Ativos da concessão o valor de R\$133.369 (R\$33.615 em 2018), relativos à proteção de biodiversidade, e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida do resultado do exercício, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$17.652 (R\$19.984 em 2018), relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

31.3 Desmantelamento

O montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$9.241 (R\$8.613 em 31 de dezembro de 2018), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 22). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente desta responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

31.4 Contraprestação contingente

EDP Soluções

Refere-se à mensuração a valor justo da adquirida EDP Soluções na data de aquisição, conforme laudo de avaliação utilizado para a combinação de negócios. O preço de aquisição foi de R\$40.156, atualizados monetariamente, sendo que R\$13.996 foram pagos em 07 de dezembro de 2015 e R\$26.160 tratavam-se de contraprestação contingente a serem pagas ao anterior acionista controlador da EDP Soluções, conforme contrato de compra e venda de ações.

Os desembolsos foram atualizados pela taxa de 6% a.a. acrescidos de IPCA desde a data da aquisição até a data dos pagamentos e foram liquidados conforme demonstrado a seguir: (i) R\$13.200 foram pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016; e (ii) R\$12.960 foram pagos anualmente por meio de índices de performance atrelados ao desempenho da adquirida, também foram pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016. A liquidação ocorreu em 31 de julho de 2019.

	Saldo em 31/12/2018	Complemento (Reverso)	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Pagamento da aquisição	8.726		(13)	(8.713)	-
Performance de desempenho	6.559	(2.160)	(957)	(3.442)	-
Total	15.285	(2.160)	(970)	(12.155)	-
Circulante	6.002				-
Não circulante	9.283				-

32 Patrimônio Líquido

32.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 é de R\$4.682.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 606.850.394 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- Crítério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018		
	Quantidade de ações	% parti- pação	Quantidade de ações	% parti- pação	Acionista controlador
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	168.185.223	27,71	168.185.223	27,71	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	23,50	142.584.671	23,50	Sim
Conselheiros e Diretores	90.039	0,01	76.039	0,01	
Ações em tesouraria (2)	2.044.344	0,34	602.236	0,10	
Ações em circulação	293.946.117	48,44	295.402.225	48,68	
Total	606.850.394	100,00	606.850.394	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

32.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

A Companhia tem por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido apurado no exercício		1.337.856	1.272.833
Lucros acumulados		1.474	
Lucro líquido ajustado		1.339.330	1.272.833
Constituição da reserva legal - 5%	32.3	(66.967)	(63.642)
		1.272.363	1.209.191

Dividendos intermediários - JSCP	15	236.000	439.000
Dividendos complementares			

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

33 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo. A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 34).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

• **Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M):** A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

• **Atualização dos Ativos da concessão:** Os contratos de concessão das transmissoras possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto do momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.

Serviços

O reconhecimento da receita está diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

	Controladora		Consolidado				R\$		
	RS		Nº de consumidores (*)		MWh (*)				
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento									
Residencial				3.010.399	2.943.635	6.317.973	6.049.014	2.646.256	2.528.332
Industrial				24.049	24.174	1.718.512	1.890.307	770.349	821.957
Comercial				260.660	253.238	3.317.174	3.199.565	1.436.835	1.369.378
Rural				199.886	201.472	1.005.076	870.477	260.823	233.218
Poder público				20.432	20.213	591.732	578.038	251.935	242.384
Iluminação pública				4.458	4.098	727.863	741.708	168.969	182.375
Serviço público				3.169	2.962	465.004	439.541	182.933	165.891
Consumo próprio				374	386	13.507	13.825		
	-	-	-	3.523.427	3.450.178	14.156.841	13.782.475	5.718.100	5.543.535
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado									
Consumidores cativos									
Residencial								2.120.830	1.745.296
Industrial								423.410	427.975
Comercial								1.014.315	870.274
Rural								209.602	165.390
Poder público								164.758	144.353
Iluminação pública								145.131	127.939
Serviço público								94.169	83.594
Consumidores livres				1.060	860	11.389.437	11.173.045	1.688.600	1.482.792
	-	-	-	1.060	860	11.389.437	11.173.045	5.860.815	5.047.613
Não faturado									
Fornecimento								(49.247)	12.507
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								(39.948)	18.899
	-	-	-	-	-	-	-	(89.195)	31.406
Resultados de ativos financeiros setoriais	8								
CVA								(413.352)	418.025
Itens financeiros - RTE								(71.014)	(70.853)
Itens financeiros - Outros								173.594	(102.934)
PIS/COFINS								(1.312.971)	(1.846)
	-	-	-	-	-	-	-	(1.623.743)	242.392
Suprimento - Faturado				2	2	17.520.077	13.185.803	2.160.704	2.215.210
Energia de curto prazo								2.364.275	1.905.522
Comercialização	33.1							1.130.110	960.457
Receita de construção								2.707.478	3.702.720
Remuneração dos Ativos da concessão								2.894.678	1.023.368
Atualização do ativo financeiro indenizável	21							156.255	20.371
Receita de Operação e Manutenção (O&M)								292.655	58.434
Serviços cobráveis								7.851	
Subvenções vinculadas ao serviço concedido								15.654	17.752
Ressarcimento por indisponibilidade								478.275	503.857
Arrendamentos e aluguéis								(15.244)	106.711
Outras receitas operacionais		4.959	5.533					129.927	109.047
Receita operacional bruta		4.959	5.533	3.524.489	3.451.040	45.430.630	40.046.845	19.575.868	19.736.476
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
ICMS								(2.758.944)	(2.600.568)
PIS/COFINS		(207)	(219)					(463.618)	(1.741.462)
ISS		(118)	(166)					(3.307)	(2.448)
		(325)	(385)	-	-	-	-	(3.225.869)	(4.344.478)
Encargos do consumidor									
P&D	28							(103.747)	(97.405)
CCC									
CDE	28							(1.259.418)	(1.371.603)
RGR	28							(4.365)	(2.851)
PROINFA - Consumidores Livres								(76.428)	(60.991)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	28							(40.569)	15.339
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	28							(22.667)	(27.692)
Outros encargos								(14.469)	(12.575)
								(1.521.663)	(1.557.778)
		(325)	(385)	-	-	-	-	(4.747.532)	(5.902.256)
Receita		4.634	5.148	3.524.489	3.451.040	45.430.630	40.046.845	15.228.336	13.834.220

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

33.1 Comercialização

A redução na empresa ocorre devido ao menor número de operações entre os agentes, refletindo o aumento do risco de crédito associado aos eventos de *default* que marcaram o mercado no exercício, juntamente com a maior volatilidade de preços.

34. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria-prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2019		2018		2019		2018	
	Despesas Operacionais		Despesas Operacionais		Despesas Operacionais		Despesas Operacionais	
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.2	36.688	36.688	34.2	49.689	49.689	34.2	36.688
Material		295	295		192	192		192
Serviços de terceiros	34.3	33.845	33.845	34.3	23.161	23.161	34.3	33.845
Depreciação - Imobilizado em serviço		4.445	4.445		3.691	3.691		3.691
Depreciação - Ativos de direito de uso		1.956	1.956					
Amortização		10.961	10.961		26.578	26.578		26.578
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			937	937	2.457	2.457		2.457
Arrendamentos e aluguéis	34.4	636	636	34.4	4.134	4.134		4.134
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			2.417	2.417				
Outras		8.881	(14.527)	(5.646)	7.773	25.269	33.042	
Total		97.707	(11.173)	86.534	115.218	27.726	142.944	
		Consolidado			Consolidado			
		Custos		Despesas operacionais		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras
	Nota							Total
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	6.926.419						6.926.419
Encargos de uso da rede elétrica		957.339						957.339
Custo da matéria-prima consumida			590.560					590.560
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.2			335.983	2.994		37.952	376.929
Material				42.510	6.690		14.496	63.696
Serviços de terceiros	34.3			260.913	10.119		201.344	472.376
Depreciação - Imobilizado em serviço				276.955			50.940	327.895
Depreciação - Ativos de direito de uso				9.169			16.840	26.009
Amortização				212.420			55.519	267.939
PECLD / perdas líquidas						113.000		113.000
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							44.176	44.176
Arrendamentos e aluguéis	34.4			2.690	151		5.304	8.145
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							93.448	93.448
Custo com construção da infraestrutura	20			33.734	2.556.113			2.589.847
Outras		5.187		46.153	451		40.871	(14.416)
Total		7.888.945	590.560	1.220.527	2.576.518	113.000	423.266	123.208

	2019		2018		2019		2018	
	Custos		Despesas operacionais		Despesas operacionais		Despesas operacionais	
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019
Energia elétrica comprada para revenda								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38.2.7 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta este índice em 1,9 vez.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	25 e 26	8.464.838	7.458.797
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(2.638.610)	(2.203.392)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(135.263)	(174.463)
(-) Cauções vinculados à dívida		(133.834)	(685.442)
Dívida líquida		5.557.131	4.395.500
Total do Patrimônio Líquido		10.331.596	9.674.581
Total do capital		15.888.727	14.070.081
Índice de alavancagem financeira - %		34,98	31,24

39 Compromissos contratuais e Garantias

39.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP Energias do Brasil.

	Controladora					
	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais					-	22.590
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	28.022	24.233	4.883	1	57.139	62.053
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.158	39.277	4.038		103.473	106.174
	88.180	63.510	8.921	1	160.612	190.817

	Consolidado					
	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	2.331	3.599	29	14	5.973	71.841
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.915.620	8.563.492	7.300.418	23.675.604	45.455.134	45.475.698
Encargos de conexão e Transporte de Energia	536.106	1.389.867	1.289.790	2.280.716	5.496.479	5.129.086
Materiais e serviços	3.066.324	1.209.127	278.519	103.425	4.657.395	4.709.831
Prêmio de risco - GSF				22.077	22.077	20.842
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	615.450	737.023	451.769	576.085	2.380.327	1.659.469
	10.135.831	11.903.108	9.320.525	26.657.921	58.017.385	57.066.867

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e alugueis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$190.817 apresentado na Companhia (R\$58.066.867 no Consolidado), R\$17.457 (R\$59.468 no Consolidado) referiam-se a valores de arrendamento devido a adoção da abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					
	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais					-	23.339
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	28.022	18.827	4.105	1	50.955	63.321
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	38.872	32.217	3.992		75.081	116.716
	66.894	51.044	8.097	1	126.036	203.376

	Consolidado					
	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	2.331	2.820	25	12	5.188	79.182
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.866.819	9.609.000	9.345.343	40.926.476	65.747.638	67.061.372
Encargos de conexão e Transporte de Energia	536.106	1.560.741	1.673.437	3.372.806	7.143.090	6.430.224
Materiais e serviços	3.066.324	936.737	236.345	98.161	4.337.567	4.803.222
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	55.459
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	453.906	643.837	423.852	499.216	2.020.811	2.097.125
	9.925.486	12.753.135	11.679.002	44.946.722	79.304.345	80.526.584

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$203.376 apresentado na Companhia (R\$80.526.584 no Consolidado), R\$29.430 (R\$90.502 no Consolidado) referiam-se a valores de arrendamento devido a adoção da abordagem prospectiva.

39.2 Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Controladora	
		Limite máximo garantido 31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	314.050	325.648
Ações judiciais	(i) Depósito Caucionado, (ii) Fiança Bancária e (iii) Seguro garantia.	579.313	332.534
Executante construtor	Seguro garantia	312.426	
Outros	Seguro garantia		205.713
		1.205.789	863.895

Tipo de garantia	Modalidade	Consolidado	
		Limite máximo garantido 31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	(i) Aval do acionista	287.633	315.783
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária, (ii) Seguro garantia e (iii) Depósito Caucionado.	566.296	346.430
Contrato de Arrendamento	Recebíveis	31.606	26.867
Fornecedores	Fiança corporativa		24.769
Executante construtor	Seguro garantia	243.723	200.299
Outros	(i) Depósito Caucionado, (ii) Fiança Bancária, (iii) Garantias em recebíveis e (iv) Seguro garantia.	82.262	81.362
		1.211.520	995.510

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 24), Debêntures (Nota 25) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 26), estão demonstrados em suas respectivas notas.

40 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades do setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

40.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

40.1.1 Demonstração do Resultado

	2019							
	Distribuição	Geração	Comercialização	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	8.238.463	3.659.972	3.895.943	2.188.522	4.634	65.848	(2.825.046)	15.228.336
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(5.337.867)	(1.595.587)	(3.777.226)				2.821.735	(7.888.945)
Custo da produção da energia elétrica					(7.990)	3.015		(590.560)
Custo de operação	(754.936)	(413.020)	(7.252)	(36.359)	(9.256)	296		(1.220.527)
Custo do serviço prestado a terceiros	(647.846)		(586)	(1.909.179)	(18.907)			(2.576.518)
	(6.740.649)	(2.594.192)	(3.785.064)	(1.945.538)	-	(36.153)	2.825.046	(12.276.550)
Lucro bruto	1.497.814	1.065.780	110.879	242.984	4.634	29.695	-	2.951.786
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(110.623)		250		(2.627)			(113.000)
Despesas gerais e administrativas	(146.916)	(88.961)	(14.529)	(12.209)	(97.707)	(21.068)	(41.876)	(423.266)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(123.783)	(5.300)	(589)	1.376	11.173	(44)	(6.041)	(123.208)
	(381.322)	(94.261)	(14.868)	(10.833)	(86.534)	(23.739)	(47.917)	(659.474)
Resultado das participações societárias		45.660	(6.737)		1.446.997			68.148
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.116.492	1.017.179	89.274	232.151	1.365.097	5.956	(1.465.689)	2.360.460
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	610.709	102.371	9.418	1.770	47.071	3.511	(16.434)	758.416
Despesas financeiras	(771.185)	(329.408)	(6.182)	(18.851)	(73.194)	(9.210)	16.434	(1.191.596)
	(160.476)	(227.037)	3.236	(17.081)	(26.123)	(5.699)	-	(433.180)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	956.016	790.142	92.510	215.070	1.338.974	257	(1.465.689)	1.927.280
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	(145.705)	(107.641)	(31.099)			(3.456)		(287.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71.949)	(29.784)	155	(72.944)	(1.118)	926	17.790	(156.924)
	(217.654)	(137.425)	(30.944)	(72.944)	(1.118)	(2.530)	17.790	(444.825)
Resultado líquido do exercício	738.362	652.717	61.566	142.126	1.337.856	(2.273)	(1.447.899)	1.482.455
Atribuível aos acionistas controladores	738.362	510.909	61.566	139.335	1.337.856	(2.273)	(1.447.899)	1.337.856
Atribuível aos acionistas não controladores		141.808		2.791				144.599

	2018							
	Distribuição	Geração	Comercialização	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	7.580.900	3.064.621	4.000.174	353.208	5.148	82.870	(1.252.701)	13.834.220
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(5.093.303)	(711.181)	(3.810.350)				1.247.867	(8.366.967)
Custo da produção da energia elétrica						(9.135)	3.273	(675.129)
Custo de operação	(707.384)	(451.637)	(6.314)			(9.904)	186	(1.175.053)
Custo do serviço prestado a terceiros	(655.232)		(673)	(316.101)		(44.035)		(1.016.041)
	(6.455.919)	(1.832.085)	(3.817.337)	(316.101)	-	(63.074)	1.251.326	(11.233.190)
Lucro bruto	1.124.981	1.232.536	182.837	37.107	5.148	19.796	(1,375)	2.601.030
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(85.001)		608			(749)		(85.142)
Despesas gerais e administrativas	(268.981)	(95.646)	(11.503)	(6.891)	(115.218)	(17.361)	(43.030)	(558.630)
Ganho na alienação de investimento						374.655		374.655
Outras Despesas e Receitas operacionais	(132.192)	(13.840)	(185)			(27.726)	178	(171.609)
	(486.174)	(109.486)	(11.080)	(6.891)	231.711	(17.932)	(40,874)	(440,726)
Resultado das participações societárias						1.026.967		1.026.967
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	638.807	1.099.670	171.757	30.216	1.263.826	1,864	(1,042,862)	2,163,278
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	238.772	102.668	10.421	388	130.056	1.810	(24.245)	459.870
Despesas financeiras	(383.305)	(359.600)	(1.825)	(1.234)	(96.221)	(8.415)	24.405	(826.195)
	(144,533)	(256,932)	8,596	(846)	33,835	(6,605)	160	(366,325)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	494,274	842,738	180,353	29,370	1,297,661			

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	2018						
	Efeito não caixa						
Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente		Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2018
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12.439	667.141	269		(1.293)	7.042	685.598
	12.439	667.141	269		(1.293)	7.042	685.598
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	231.850	(522.300)			704.577	15.830	429.957
Debêntures	3.562.421	2.233			191.559		3.780.636
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.495.258	974.730	18.441	6.089	165.819	17.824	3.678.161
Ações em tesouraria	(5.393)	1.144			(489)		(4.738)
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	850	1.350			(850)		1.350
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores		450			850		1.300
	6.284.986	457.607	42.864	6.089	1.061.466	33.654	7.886.666
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	6.272.547	(209.534)	42.595	6.089	1.062.759	26.612	7.201.068

42.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a receber	395.739	180.421	22.374	5.717
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	322.952	381.571	394.982	414.127
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado, intangível e ativos da concessão			118.987	38.557
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			70.113	22.954
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			100.924	3.628
Aumento de capital com integralização de AFAC			1.350	850
Aumento de capital em subsidiária com créditos de dividendos		2.447		
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	64.559	67.560		
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			240.919	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	7.082		111.684	
Total	790.332	631.999	1.061.333	521.333

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia Presidente	Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Pedro Sampaio Malan Conselheiro
Miguel Stilwell de Andrade Conselheiro	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Vice-Presidente	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira
Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi Conselheiro	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Diretor Presidente e de Relação com Investidores	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças	Michel Nunes Itkes Diretor Vice-Presidente de Redes
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Comercialização	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Laercio Gomes Prouença Junior Contador - CRC 1SP216218/O-6
----------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020 às 09h30, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre as Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras, e o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável, tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido exercício.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.		
Adir Pereira Keddi Conselheiro efetivo	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro efetivo	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Energias do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(1) Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível das atividades de distribuição (Consulte as notas explicativas 21, 20 e 23 às demonstrações financeiras) - Demonstrações individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam saldos no ativo não circulante referentes a valores em construção (ativos de concessão) no montante de R\$386.297 mil, valores a amortizar no período da concessão (intangível) no montante de R\$ 1.472.644 mil e a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente (ativo financeiro indenizável) no montante de R\$ 3.000.631 mil, referentes às atividades de distribuição. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no contrato de construção de distribuição de energia está previsto que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão dão origem a um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente e, o investimento remanescente, deve ser classificado como um intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de energia pelos consumidores. A avaliação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e intangível, pós período de construção (ativos de concessão), envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável e intangível nas demonstrações financeiras consolidadas, e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, assim como os controles e critérios de elegibilidade para valorização e registro de adições dos ativos de infraestrutura, os quais estão sujeitos à revisão e homologação pela ANEEL.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de alocação dos investimentos e valorização do ativo financeiro indenizável; realização de inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício; avaliação da atualização monetária dos valores envolvidos, além de testes do cálculo da amortização do intangível. Avaliamos também as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(2) Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado nas distribuidoras (Consulte as notas explicativas 7 e 33 às demonstrações financeiras) - Demonstrações individuais e consolidadas

Parte das receitas de vendas de energia das distribuidoras é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2019, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras consolidadas R\$ 349.472 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pelas distribuidoras da Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia, tais como índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(3) Valor recuperável ("impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 3.7.1, 18, 22 e 23 às demonstrações financeiras) - Demonstrações individuais e consolidadas

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de investimentos, imobilizado e intangível os montantes de R\$ 2.097.673 mil, R\$ 6.306.057 mil e R\$ 2.325.483 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

43 Eventos subsequentes

43.1 EDP Transmissão MA II (Lote 11)

Entrada em Operação Comercial Parcial

Em 07 de janeiro de 2020 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no dia 04 de janeiro de 2020, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial de um dos dois trechos da linha de transmissão e da subestação Chapadinha II da EDP Transmissão MA II. A entrada em operação parcial está antecipada em 19 meses frente ao calendário da ANEEL e em 14 meses frente à premissa adotada pela controlada no leilão, o que representa uma Receita Anual Permitida Parcial - RAP de R\$17,0 milhões, representando 51% da RAP total.

Liberação de Empréstimo

Em 30 de janeiro de 2020, a EDP Transmissão MA II liberou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB o montante de R\$55.812 ao custo de IPCA + 2,57% a.a., com vencimento em 15 de janeiro de 2039.

43.2 Transmissoras - Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houveram informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para boa parte as empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia e de suas controladas entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia e de suas controladas também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advindas da adoção inicial dos CPCs 47 e 48 nas controladas de transmissão, e consequentemente alteração de prática contábil das mesmas.

43.3 EDP Espírito Santo - Contratação de Empréstimo

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 11 de fevereiro de 2020, a EDP Espírito Santo aprovou a contratação de empréstimo externo junto à Instituição Financeira MUFG Bank Ltd., sob amparo da Lei nº 4131/1962, no valor total de até R\$200.000, pelo prazo de até um ano, mediante a celebração do instrumento "Credit Agreement", conforme proposta apresentada e arquivada na EDP Espírito Santo.

43.4 Contingência Fiscal Remota - EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2020 transitou em julgado a decisão favorável ao Sindiennergia (Nota 31.1.3.1), com o encerramento do processo e baixa da contingência envolvendo a EDP São Paulo.